

NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA EXPANSÃO DEMOCRÁTICA?

Não como foi dito no começo do século passado “O Brasil é o Rio de Janeiro e o Rio de Janeiro é a Rua do Ouvidor”, ou mais tarde, em 1994, pelo então candidato Fernando Henrique, “O Rio de Janeiro é o Farol do Brasil”, mas o Rio tem sido o arauto de vários comportamentos demográficos que mais tarde foram estendidos ou estão se estendendo para o Brasil como um todo: a queda da fecundidade abaixo do nível de reposição, o aumento da mortalidade por causas externas entre os adultos jovens, primeiro do sexo masculino e depois do feminino, o envelhecimento das famílias e da população etc. Tem sido, também, palco de várias manifestações que se alastraram para o resto do País (mesmo depois de deixar de ser a capital federal): não foi esta a primeira cidade ocupada pelos militares de 1964? Não foi aqui que as passeatas de estudantes, em 68, balançaram o estável barco da ditadura militar? Não foi aqui que aconteceram as maiores manifestações pelas diretas-já? Não foi daqui que a bossa-nova se lançou para o mundo? (OLIVEIRA, 2006 – em obra comemorativa dos 50 anos da “ENCE: um olhar sobre o Rio de Janeiro”).

Neste capítulo caracterizamos o Estado do Rio de Janeiro e seu ensino superior: formação histórica, evolução e situação atual. Em seguida, examinaremos a situação dos seis cursos no tocante aos indicadores sociais e de qualidade acadêmica. Desdobramos essa investigação para as disjuntivas selecionadas: setores público e privado, capital e interior e universitário e não universitário.

5.1

Ensino superior no Estado do Rio de Janeiro

Com uma população de cerca de 15,3 milhões de habitantes, representando 8,3% da população nacional, é o terceiro Estado mais populoso do país e possui a segunda maior densidade populacional: 352 hab./km², segundo dados de 2004 do IBGE. Entre as regiões metropolitanas, a da capital fluminense apresentava a menor taxa de desemprego: 5,5% em outubro de 1999, contra 7,5% no país, o que pode ser creditado, em parte, ao crescimento da economia informal. Dados da PNAD de 2000 mostram que o rendimento médio do trabalhador fluminense subiu 33,4% acima da inflação entre 1993 e 1999, elevação relacionada ao peso do setor de serviços na economia do Estado. Sua participação no PIB nacional, em 2000, era de 11,7%, dos quais cerca de 58% provinham da prestação de serviços, 42% da indústria e o restante de atividades agropecuárias (INEP, 2006).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Rio de Janeiro em 2000 foi de 0,807, o 5º melhor do país. Em relação a 1991, houve um crescimento de 7,17% no índice, tendo sido a educação a dimensão que mais contribuiu neste crescimento, com 39,9%. Longevidade vem em seguida com 30,7% e renda por último, com 29,4% (PNUD, 2006).

Tendo por base a publicação do INEP “Educação superior brasileira 1991-2004: Rio de Janeiro” (INEP, 2006), reiteramos que os primeiros passos na educação superior foram dados a partir da chegada da família real em 1808. Neste primeiro ano instituiu-se no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica Cirúrgica e Médica (futura faculdade de Medicina). Em 1810 criou-se a Academia Real Militar (futura escola politécnica) e em 1891 foi autorizado o funcionamento da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Em 1910 foi criada a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, e em 1919 a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro.

Em 1920 o governo criou a primeira instituição universitária, a Universidade do Rio de Janeiro, resultante da justaposição de três escolas tradicionais. Não houve maior integração entre elas, tendo cada uma conservado suas características: a Escola Politécnica, a de Medicina e incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, tal como dispunha a legislação vigente. Em 1937, como culminância de um processo de reorganização iniciado pela Reforma Francisco Campos, foi institucionalizada como Universidade do Brasil¹²⁶. Antes disso, em 1935, foi criada a Universidade do Distrito Federal, de vida curta, tendo sido extinta em 1939.

Em 1943 surgiu a Universidade Rural do Brasil e em 1946 a PUC-Rio, primeira universidade privada criada no país. Na década de 50 foi instituída a atual UERJ e na de 60 a UFF e a Universidade Católica de Petrópolis. De 1970 a 1990 foram criadas mais quatro universidades: a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Gama Filho, Santa Úrsula, Estácio de Sá, todas privadas e oriundas de faculdades predecessoras. Entre os anos de 1991 e 1997 foram criadas mais 8 universidades: uma pública estadual - a UENF - e as outras privadas: Veiga de Almeida, Nova Iguaçu, Salgado de Oliveira, Unigranrio, Severino Sombra e Cândido Mendes, também provenientes de faculdades. Este

¹²⁶Denominada UFRJ desde 1965.

movimento talvez seja responsável por explicar o crescimento negativo do número de IES entre 1991 e 1996 no Estado, vez que diferentes instituições se fundiram na formação de universidades.

Este relato, como se pode perceber, é compatível com a tradição da historiografia brasileira: a fonte utilizada, de origem governamental e por sua vez baseada em nomes acadêmicos conceituados¹²⁷, trata somente das instituições universitárias. Entretanto, não destoando do padrão nacional, há mais instituições não universitárias que universitárias no Estado do Rio de Janeiro. Em 2004 eram 18 universidades contra 100 centros universitários, faculdades integradas, faculdades/escolas/institutos e centros de educação tecnológica/faculdades de tecnologia:

Tabela 12: Distribuição de educação superior por organização acadêmica e categoria administrativa (pública e privada) – Estado do Rio de Janeiro 1991 - 2004

Ano	Universidades		Centros Universitários	Faculdades Integradas	Faculdades, Escolas, Institutos		Centros de Educação Tecnológica/Faculdades de Tecnologia	
	Públ.	Priv.	Priv.	Priv.	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.
1991	5	5	-	2	5	94	-	-
1996	5	10	-	21	4	55	-	-
2004	6	12	13	8	4	70	3	2
1991/1996 Δ %	-	100,0	-	950,0	- 20,0	- 41,5	-	-
1996/2004 Δ %	20,0	20,0	-	-61,9	-	27,3	-	-

Fonte: MEC/INEP/DEAES

A taxa líquida de matrícula no ensino superior no Rio de Janeiro é a mais elevada do Sudeste e uma das mais altas do país, o mesmo ocorrendo com a taxa bruta. Como na tabela a seguir, em que todas as unidades da federação aparecem em ordem alfabética.

Tabela 13: Taxa de escolarização bruta e líquida todas UFs -Brasil - 2004

UF	Taxa Bruta	Taxa Líquida	UF	Taxa Bruta	Taxa Líquida	UF	Taxa Bruta	Taxa Líquida
AC	15,1	6,1	MA	10,4	4,8	RN	9,8	5,6
AL	8,9	4,0	MT	17,2	8,1	RS	25,2	14,4
AP	19,2	8,2	MS	20,4	11,6	RJ	25,5	14,4
AM	13,0	5,3	MG	18,8	10,4	RO	15,1	7,6
BA	10,5	5,5	PR	28,3	17,0	RR	13,9	4,9
CE	12,2	6,4	PB	10,8	5,7	SC	26,1	14,1
DF	34,8	17,7	PA	9,0	4,4	SE	17,1	7,7
ES	22,0	11,9	PE	11,0	6,3	SP	22,4	13,9
GO	22,1	12,1	PI	13,5	6,5	TO	19,2	10,1
BRASIL							18,6	10,5

Fonte: IBGE - Pnad 2004. Tabela elaborada pelo MEC/Inep/DTDIE

¹²⁷Villanova, Almeida Júnior, Santos e Silveira, Fávero, Teixeira, Otranto, Mancebo e Segenreich (INEP, 2006).

A capital do Estado do Rio de Janeiro aparece em 5^a lugar no país com relação aos anos médios de escolaridade da população de 25 anos ou mais, atrás apenas de Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba e Vitória (ALVES, 2007).

Oportuna se faz uma explanação sobre outras características do Rio de Janeiro no tocante ao ensino superior. Três peculiaridades chamam a atenção, em comparação com os outros Estados da região Sudeste ou do país.

- Em comparação com todos os Estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste, o Rio de Janeiro é uma exceção em termos da distribuição espacial de instituições, cursos e matrículas: a maior parte deles ocorre mais na capital do que no interior. Mais especificamente (CENSO, 2005), apenas nos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e no Rio de Janeiro há mais instituições, cursos e alunos na capital do que no interior! O *status* de antiga capital federal explicaria o fenômeno?
- É o Estado que conta com o maior número de pré-vestibulares populares¹²⁸ no país (HONORATO, 2007; KLEIN, FONTANIVE e CARVALHO, 2007). É também o Estado que mais incorpora negros no ensino superior na região.
- As características anteriores podem falar a respeito de um espaço educacional mais maduro e politizado, já tendo incorporado um número acima da média nacional de estudantes. Tal fato poder ser interessante porque não se trata de um Estado que deverá vivenciar, nos próximos anos, um salto ou uma grande modificação no perfil do ensino superior. Essa situação permitiria auxiliar na projeção da meta de ampliação de matrículas no nível nacional, porque pode estar captando o que seria uma tendência em termos de ingresso no ensino superior, sem os efeitos das políticas governamentais. Assim, a análise dessas políticas se faria de forma mais conseqüente sobre um Estado que estivesse manifestando uma dinâmica social não induzida, o que poderia ser benéfico para o planejamento dessa indução.

Nos seis cursos estudados pelos quatro anos, nosso universo de pesquisa constituiu-se de 60441 graduandos, com a seguinte distribuição:

¹²⁸Comunitários, para negros e carentes.

Tabela 14: Concluintes por cursos no Estado do Rio de Janeiro – 2000-2003

ANO	2000	2001	2002	2003	$\Delta 2000/2003$ %	Total 2001- 2003 por curso
CURSO						
MEDICINA	1744	1914	1891	2189	25%	7738
ENGENHARIA	321	377	374	355	10%	1427
DIREITO	6810	7143	7504	8561	26%	30018
BIOLOGIA	1124	1408	1322	1623	44%	5477
LETRAS	1719	2456	3340	4133	40%	11648
MATEMÁTICA	820	947	997	1369	67%	4133
2001-2003 CURSOS SELECIONADOS	12538	14245	15428	18230	45%	60441

Fonte: Microdados Provão INEP

Como se vê, há acréscimo de alunos entre 2003 e 2001 em todos os cursos, em maior proporção nos cursos menos prestigiosos. Em Direito, Letras e Matemática esse crescimento é constante do primeiro ao último ano analisado. Em Medicina e Biologia há perda de alunos entre 2002 e 2001, mas recuperada em 2003. Apenas no curso de Engenharia há queda em dois anos.

Do total de concluintes destes cursos, 57% estavam na capital, 78% eram egressos do setor privado e 65% cursaram instituição universitária de ensino, emulando o padrão nacional quanto a essa distribuição, à exceção do primeiro item.

5.2

Indicadores socioeconômicos dos cursos estudados no Rio de Janeiro: o retrato de dois mundos

Passamos agora a examinar o comportamento dos indicadores socioeconômicos entre os concluintes dos seis cursos no Estado do Rio de Janeiro. Como estratégia metodológica, destacamos a opção que refletia o maior padrão de elitização nos indicadores. Para cor - branco, para estado civil – solteiro, para condição de trabalho – não trabalhou durante o curso, para procedência no ensino médio – todo em instituição privada, para escolaridade de pai e mãe – superior, e

para renda destacamos três faixas, a fim de proceder a um exame mais acurado dessa distribuição: de 3 a 10 salários mínimos, de 11 a 20 e mais de 20¹²⁹.

Nossa perspectiva é, como se pode supor, a seguinte: a **diminuição da presença de alunos com este perfil, à exceção da menor faixa de renda**, estaria indicando um padrão inclusivo. Desta forma, tomamos os indicadores socioeconômicos e estabelecemos uma análise desse comportamento ao longo do tempo, em gráficos de linhas. Cruzando com os cursos em série histórica, o fenômeno da democratização estaria indicado graficamente por **linhas declinantes** quanto à presença dos indicadores de elitismo. A situação do Rio de Janeiro foi cotejada com a do Brasil nos mesmos cursos e no mesmo período. Optamos por deixar as tabelas em anexo e expor no texto alguns gráficos selecionados.

Desde os primeiros exercícios materializou-se uma realidade de oposição entre **dois grupos** em relação à presença desses indicadores tanto no Brasil quanto no Rio de Janeiro. Nas duas situações, fácil é a visualização de grupos estanques de cursos, separados pela fronteira da linha “Geral”, que reflete a média de todos os cursos que fizeram o Provão naquele ano¹³⁰. Medicina, Engenharia e Direito se agrupam de um lado, Biologia, Letras e Matemática de outro. Pode-se verificar assim que os nomeados cursos imperiais mantêm sua majestade: para além do fenômeno simbólico de seu prestígio diferencial, evidencia-se uma outra faceta de sua apartação social, conforme nossas discussões anteriores, agora pela condição socioeconômica do alunado. Nomeamos estes grupos de “maior prestígio”, em oposição ao grupo que inclui Letras, Biologia e Matemática, grupo de “menor prestígio”.

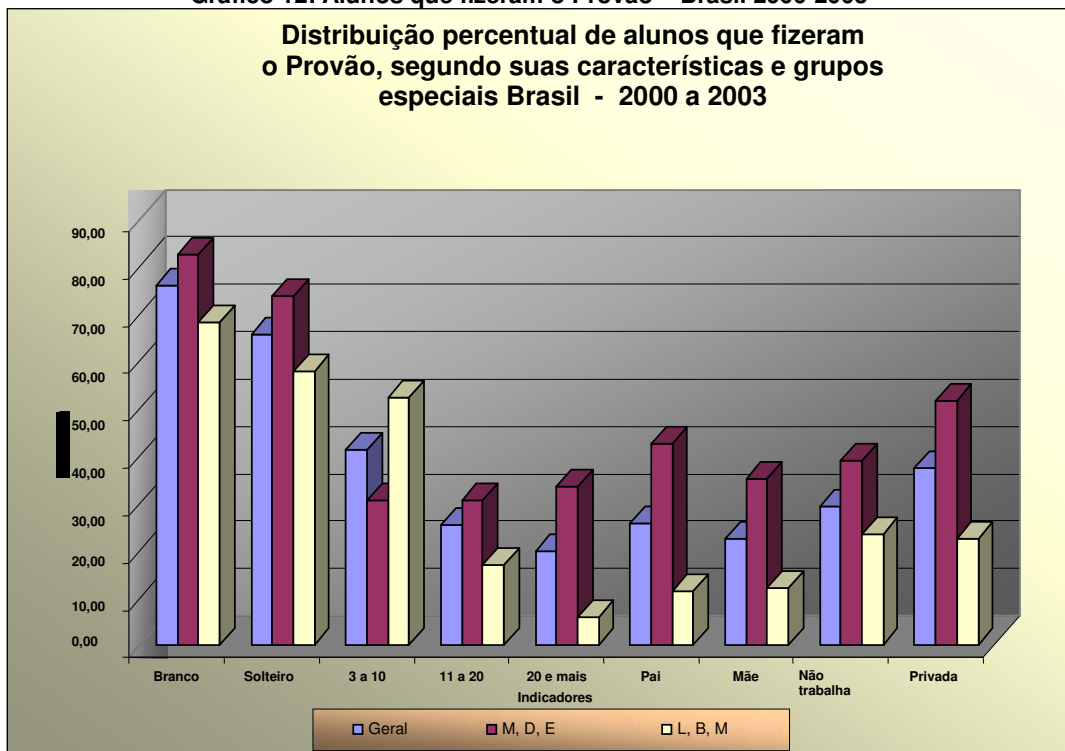
O grupo de maior prestígio sobrepuja o de menor prestígio e mesmo o grupo Geral quanto a percentuais de elitismo no Brasil e no Rio de Janeiro em todos os itens e em todos os anos¹³¹. Assim se constitui a topografia da distribuição dos indicadores selecionados, para o Brasil e o Rio de Janeiro.

¹²⁹Correspondendo às faixas de maior concentração de renda no grupo estudado.

¹³⁰Relembrando que em 2000 a categoria “Geral” agrupava os seguintes cursos: Administração, Agronomia, **Biologia**, Comunicação Social, **Direito**, Economia, **Engenharias**, Física, **Letras**, **Matemática**, **Medicina**, Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia, Química. Em 2001, todos estes mais Farmácia e Pedagogia. Em 2002, a estes foram acrescidos Arquitetura, Ciências Contábeis, Enfermagem e História. E em 2003, os anteriores mais Fonoaudiologia e Geografia.

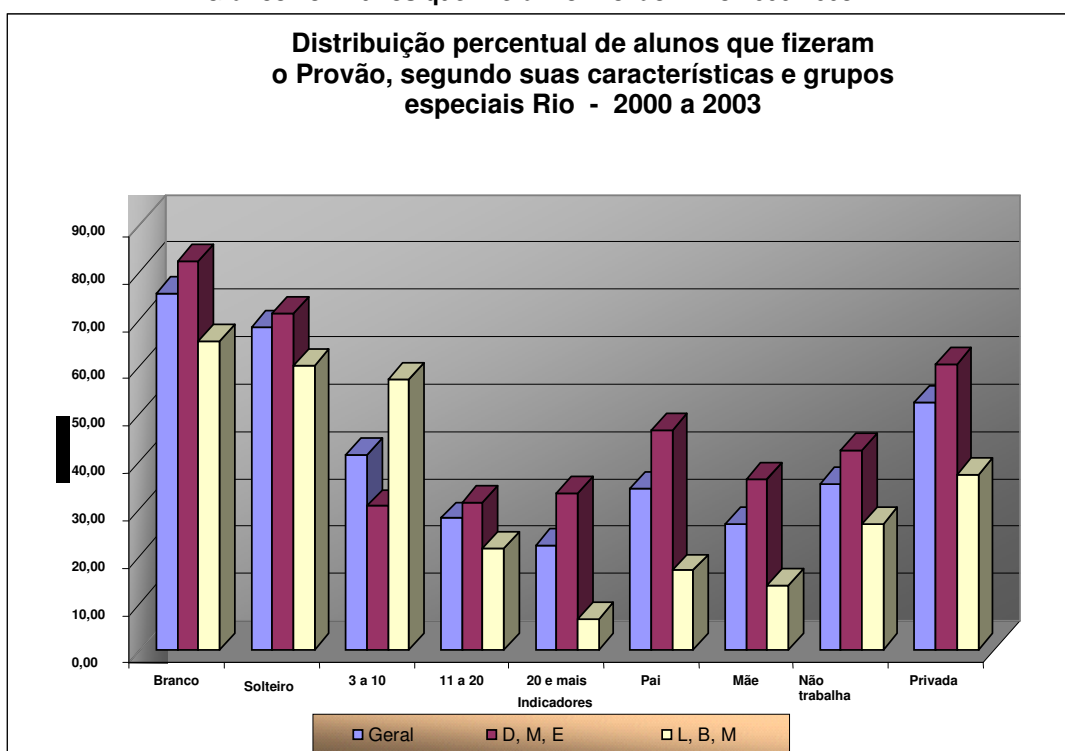
¹³¹Uma exceção ocorreu no ano de 2000 e apenas para o indicador solteiro no Rio de Janeiro, quando o grupo de maior prestígio ficou abaixo do grupo Geral.

Gráfico 12: Alunos que fizeram o Provão – Brasil 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

Gráfico 13: Alunos que fizeram o Provão – Rio 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

Nos dois casos e qualquer que seja o nível de análise, a condição de branco é a que atinge o maior percentual de respostas. Em seguida vem a de solteiro. Em

terceiro lugar alternam de 3 a 10 salários com não trabalho. Em quarto lugar vem a escolaridade superior do pai, que em algumas situações assume o terceiro lugar. Dependendo da análise vão alternar em seguida a titulação superior da mãe e as faixas salariais mais altas.

Em relação ao Brasil, o Rio de Janeiro apresentará uma situação curiosa quanto aos indicadores, posto que, à maior presença de vários indicadores de elitismo, corresponde também a maior presença de estudantes na menor faixa de renda, até 3 SM. Acreditamos que essa conformação traduz as condições de vida dos Estados mais desenvolvidos, que apresentariam melhores indicadores sociais em geral como: mais pais titulados, mais ensino médio em escola privada, renda mais elevada, menor presença de trabalho concomitante aos estudos e, ao mesmo tempo, mais oportunidades para aqueles que estão em faixas de renda inferiores.

Passamos a discutir agora sobre a situação encontrada no Brasil e no Rio de Janeiro para os indicadores e cursos em separado. Apresentamos esse desenvolvimento em gráficos que expõem a situação dos seis cursos, ano a ano, em relação aos indicadores socioeconômicos destacados. A semelhança no desenho das linhas dos indicadores para o Rio de Janeiro e o Brasil é bastante suspeita, num país de acentuadas desigualdades. Entendemos que elas evidenciam o grau de seletividade do ensino superior no Brasil, pois conseguem extrair do conjunto dessa população, univocidades incomuns em meio ao grau de desigualdade que vivemos. Salientamos que novamente se pôde verificar a ocorrência do fenômeno da separação dos cursos em dois grupos, mediados pela linha “Geral”.

Examinemos, agora, os indicadores em separado, através de gráficos de linha, uma linha por curso e mais a linha “Geral”, ao longo dos quatro anos estudados:

a) Brancos

Pelo Censo de 2000 há no Brasil 53,7% de brancos. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, pela PME de 2004, 56% de pessoas com mais de 10 anos (a População em Idade Ativa – a PIA) declararam-se brancas (IBGE, 2004). Entre nossos concluintes os brancos superam 60% nos dois grupos em todos os anos estudados, chegando a 77% para o grupo de maior prestígio.

Gráfico 14: Brancos que fizeram o Provão segundo cursos – Brasil 2000-2003

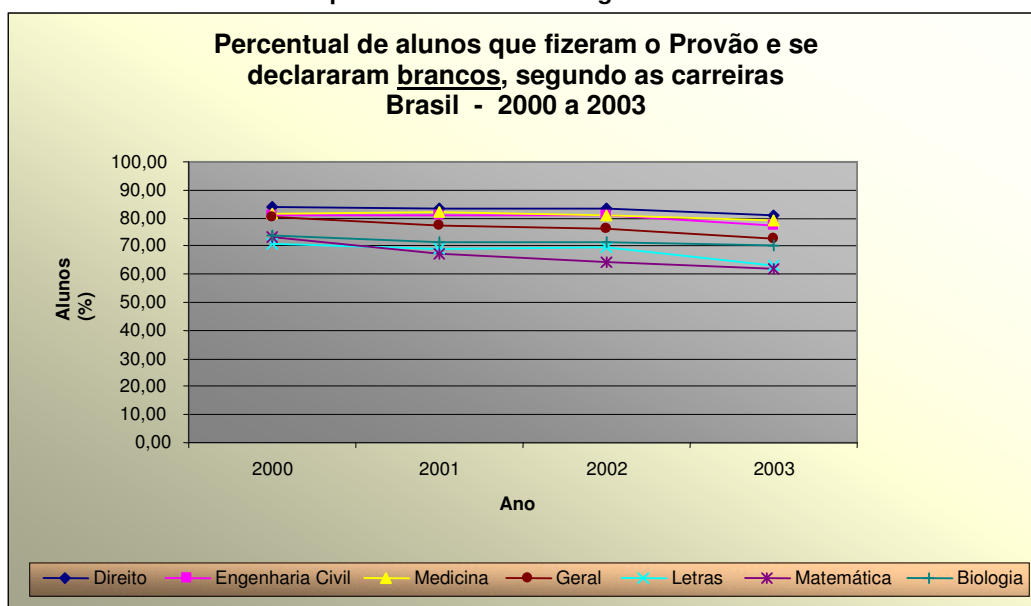
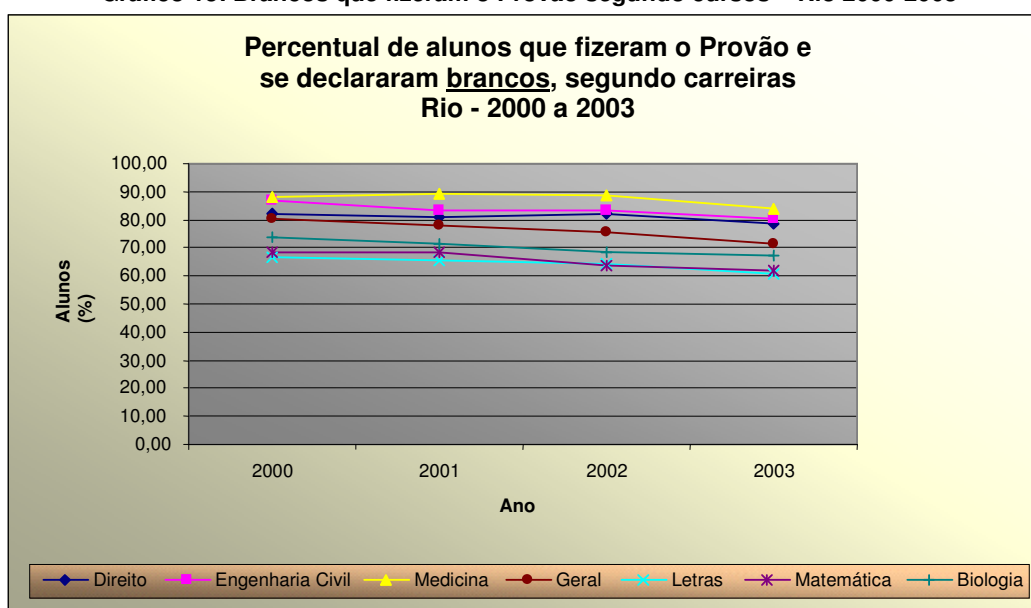


Gráfico 15: Brancos que fizeram o Provão segundo cursos – Rio 2000-2003



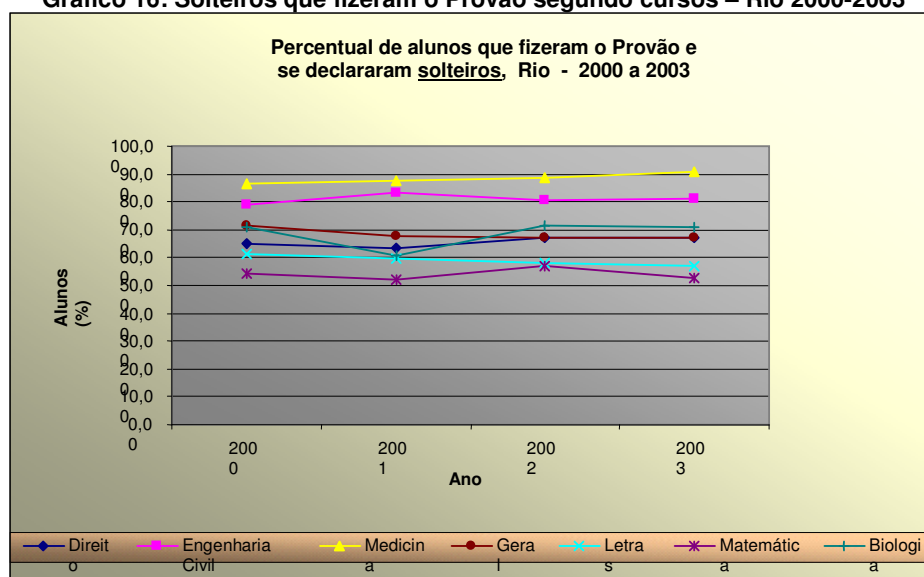
O ensino superior é um território branco. Em nenhum outro quesito há percentuais tão elevados de resposta, com tão pouca distinção no desenho das linhas, qualquer que seja a situação considerada: Brasil, Rio, setores público e privado, capital e interior, instituição universitária ou não. É clara também a proximidade entre os dois grupos e cursos. Contudo, é o único indicador onde se observa, em conjunto, uma ligeira tendência de decréscimo do indicador de elitização.

Há que se refletir sobre esse fato. Deve-se ponderar que a resposta à pergunta “Como você se considera?”, revela a subjetividade do aluno com relação ao tema. Em função de novos fatores culturais como os movimentos negros, a representação de cor/raça pode estar mudando, de forma a favorecer a assunção da condição de não-branco. No confronto dos resultados censitários de 1991 e 2000, diminuiu a proporção de pessoas que se declararam pardas e aumentou a de pretos, o que pode ser um indicativo de mudança nos padrões de identificação e de autoclassificação do brasileiro. Pelo Censo de 2000, a população que se declarou de cor preta aumentou quase duas vezes mais que a que se declarou branca e oito vezes mais que a parda¹³². Atualizando os dados, a Pnad 2006 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) constatou que 1,34 milhão de pessoas a mais se auto-declararam de cor preta em 2006, em relação ao ano anterior. Os brasileiros que se declararam de cor preta eram 6,3% em 2005, e hoje representam 6,9% da população (IBGE, 2006).

b) Solteiros

Em 2000, 34% das pessoas de 15 anos ou mais no Brasil era solteira e no Rio de Janeiro essa taxa era de 33,1% (IBGE, 2004a). Nos dois grupos por nós estudados essa taxa nunca é inferior a 50%, chegando a 70% no grupo de maior prestígio nos anos de 2002 e 2003. Em ambos, à exceção dos concluintes de Matemática, a condição de solteiro aumenta entre 2000 e 2003.

Gráfico 16: Solteiros que fizeram o Provão segundo cursos – Rio 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

¹³²Em 2000, pelas declarações fornecidas pela população do País, 91.298.042 (53,7%) consideraram-se brancos, 10.554.336 (6,2%) pretos, 761.583 (0,5%) amarelos, 65.318.092 (38,4%) pardos e 734.127 (0,4%) indígenas.

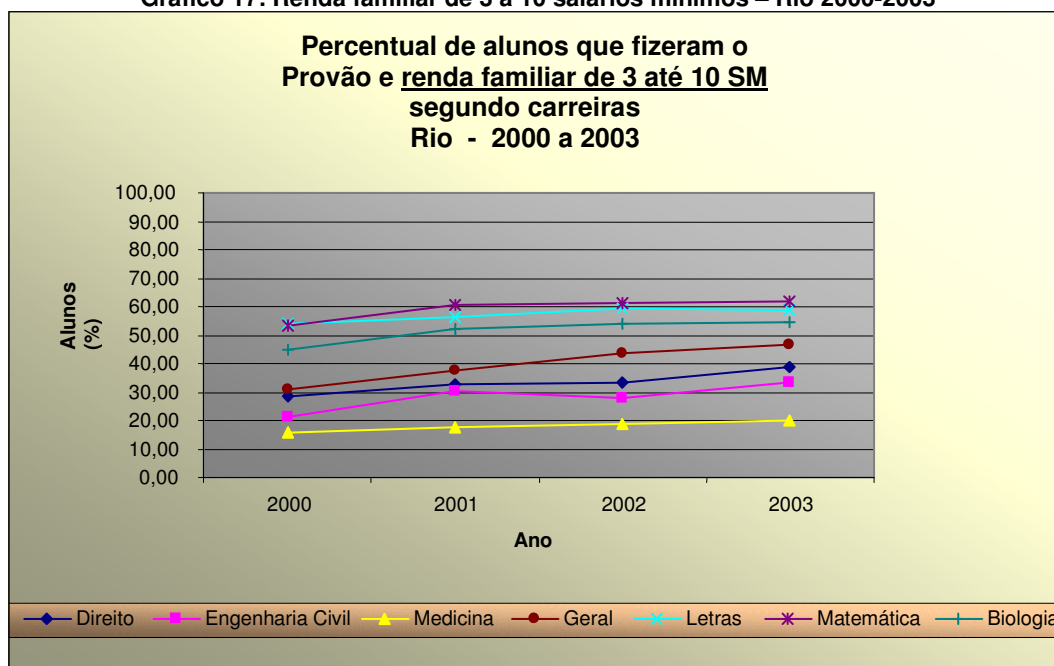
Sobre estado civil, é o segundo indicador com maior percentual de concluintes nessa condição, atrás de brancos. É também o indicador que conferiu mais estabilidade à linha Geral.

c) Renda

A Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada entre julho de 2002 e julho de 2003 pelo IBGE aponta como rendimento médio mensal da família brasileira o valor de R\$ 1.789,66 (IBGE,2004b). Pois bem: em 2002 e 2003 este valor correspondia à faixa de 3 a 10 salários mínimos, a menos incursa nos cursos de maior prestígio. Inversamente, é a faixa onde encontraremos os maiores percentuais para os cursos de menor prestígio. Observamos também que em comparação com o Brasil, à exceção de Medicina, o Rio de Janeiro apresenta percentuais mais elevados de graduados nessa faixa de renda, tendendo todos eles a um suave aclave.

c.1) De 3 a 10 salários

Gráfico 17: Renda familiar de 3 a 10 salários mínimos – Rio 2000-2003

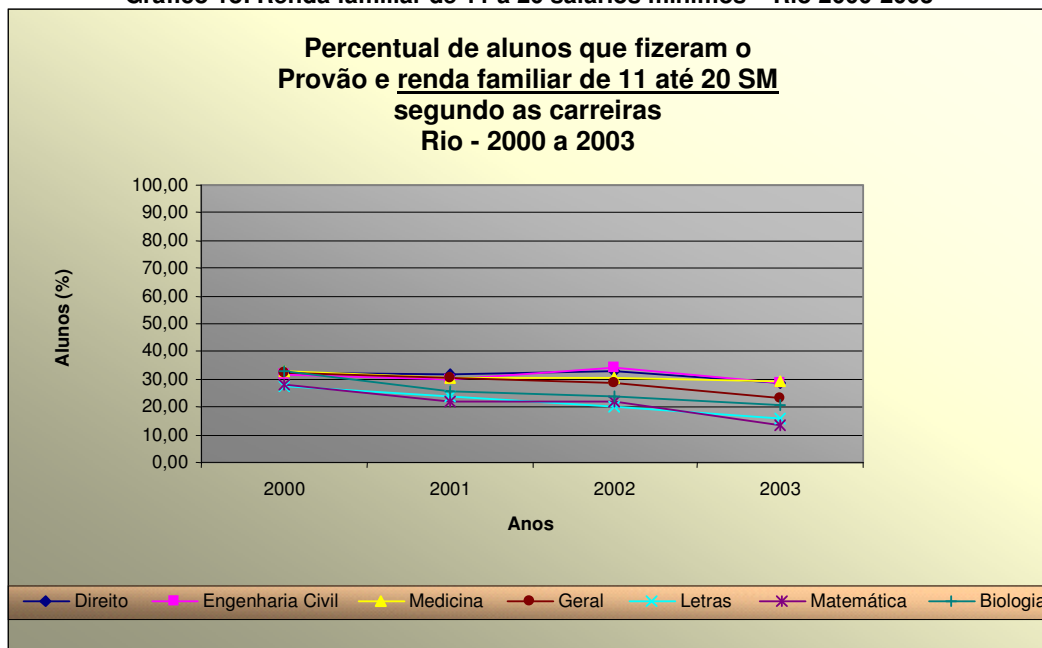


c.2) De 11 a 20 salários

Esta foi a situação onde houve menor amplitude de respostas entre os cursos, revelando uma confluência de estudantes de todos os cursos nessa faixa de renda, em percentuais aproximados. Essa distribuição é mais concentrada no Rio que no Brasil. Todavia, não são expressivos estes valores. Percebe-se estabilidade

para os cursos de alto prestígio e tendência de queda na linha Geral e nos cursos de menor prestígio.

Gráfico 18: Renda familiar de 11 a 20 salários mínimos – Rio 2000-2003

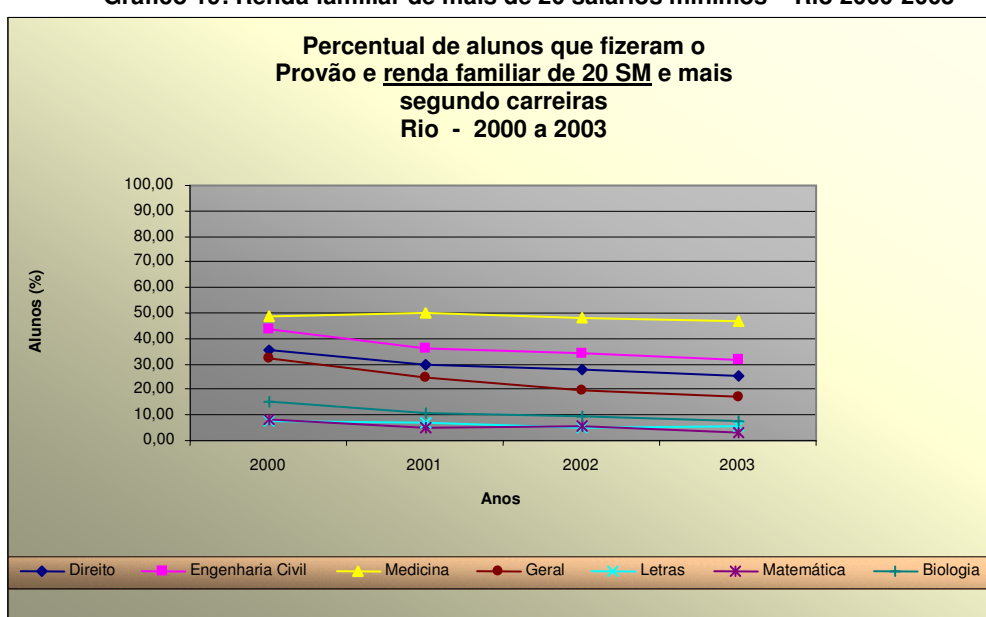


Fonte: Microdados Provão INEP

c.3) Mais de 20 salários

Nessa faixa de renda evidencia-se expressivo distanciamento dos dois grupos de cursos, concentrando mais concluintes do grupo de maior prestígio. Observa-se um suave declínio em todos os cursos, mais acentuado para Engenharia, Direito e Geral. Relembremos que a linha Geral expressa a entrada de novos cursos ano a ano.

Gráfico 19: Renda familiar de mais de 20 salários mínimos – Rio 2000-2003

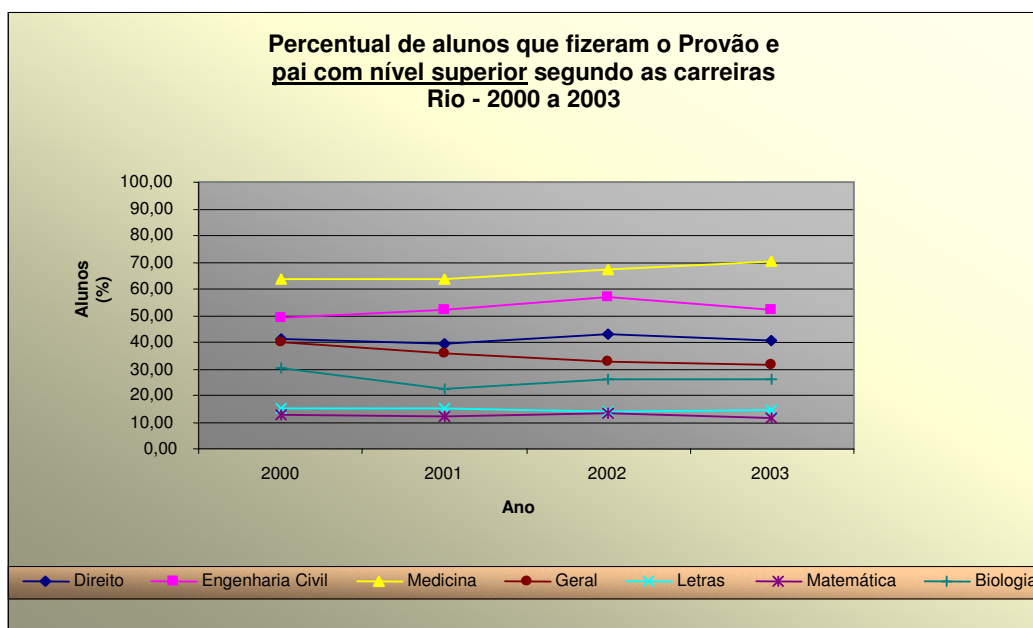


Fonte: Microdados Provão INEP

d) Pais com nível superior

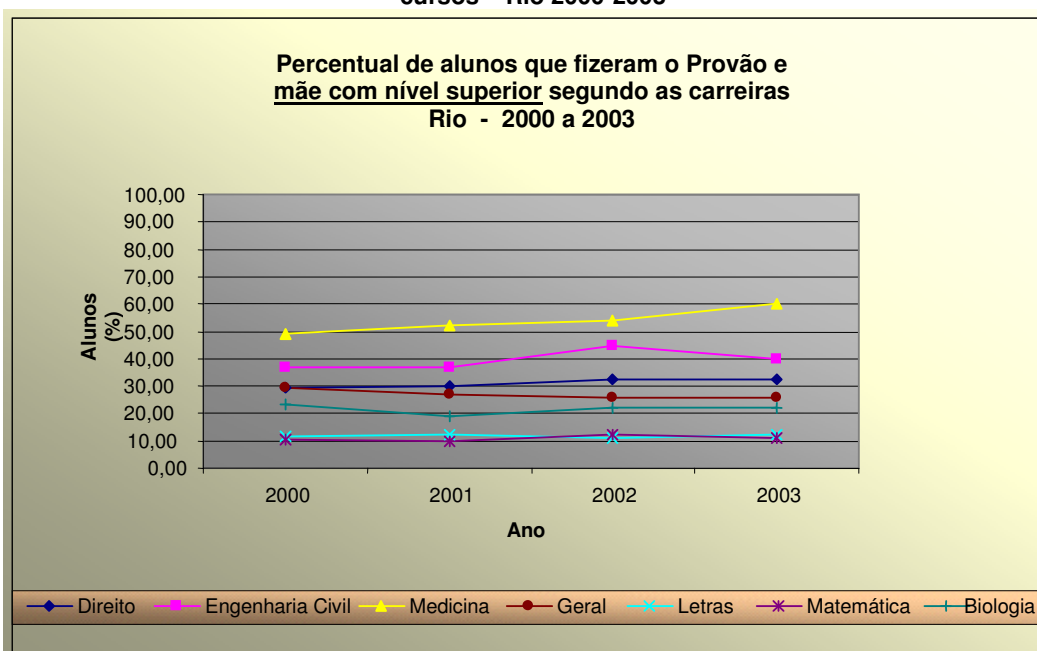
Em nosso país o percentual de diplomados no ensino superior em relação ao total da população é de 3,47%. Na população com mais de 25 anos 6,8% são titulados (DEMOCRATIZAÇÃO, 2005). No conjunto de pais e mães de nossos estudantes, entre 12 e 43% possuem tal título, acima dos números do Brasil.

Gráfico 20: Graduandos que fizeram o Provão com pai com ensino superior segundo cursos – Rio 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

Gráfico 21: Graduandos que fizeram o Provão com mãe com ensino superior segundo cursos – Rio 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

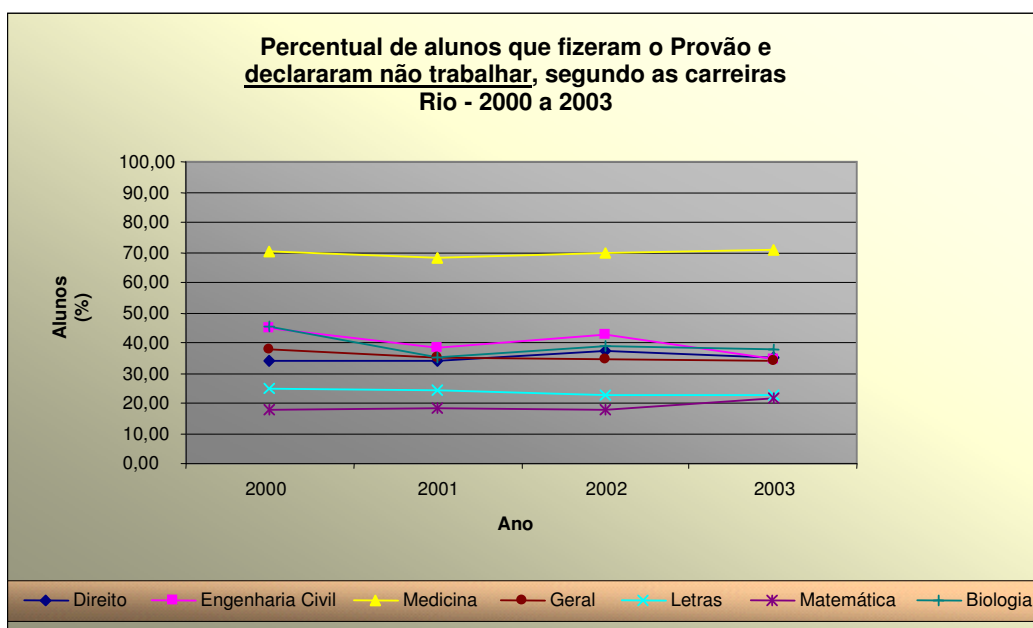
Com relação à escolaridade dos pais, dois outros pontos merecem destaque: o primeiro é que há mais pais do que mães com nível superior. Sabendo-se que estamos falando de uma geração atrás, explica-se o fato, pois a incidência masculina nas graduações era superior à masculina. Essa situação se modificou nos dias de hoje, verificando-se maioria feminina no ensino superior. Pelo Censo da Educação Superior de 2006, há cerca de 12% mais mulheres que homens no ensino superior. Em segundo lugar, verifica-se uma suave elevação do percentual de pais com curso superior em Medicina, Direito e Biologia. Porém, essa mudança não sugere necessariamente elitização do corpo discente, porque pode estar associada a uma elevação nacional da escolarização em anos recentes, aí refletida.

e) Não trabalha

Entre os jovens de 18 e 19 anos no Brasil, 27% só estudam. No grupo de 20 a 24 anos, o percentual dos que apenas estudam cai para 10,8% (IBGE, 2007), segundo a PNAD de 2006. No caso dos nossos estudantes, desconsiderando a idade, nos dois grupos os percentuais de não trabalho durante o curso superam esta estatística, variando entre 23 e 41%. E a presença dos que não trabalham aumenta no grupo de maior prestígio.

Nesse quesito se encontra o maior distanciamento entre cursos, mantendo-se quase numa reta perfeita a linha de Medicina, superior quase 30 pontos em relação ao próximo curso. Por outro lado, verifica-se aqui a única inversão da hierarquia entre cursos, quando Biologia assume valores mais elevados que Direito. Duas hipóteses para o fato, ambas relacionadas a traços peculiares dos próprios cursos: de um lado a característica de pesquisa da Biologia, que poderia encaminhar os estudantes à exclusividade acadêmica e de outro a elevada oferta de cursos de Direito no turno da noite, favorecendo a absorção de estudantes trabalhadores. Enquanto em Engenharia há declínio de não trabalhadores, em Matemática e Medicina há acréscimo. Nos demais cursos predomina estabilidade.

Gráfico 22: Graduandos que fizeram o Provão e não trabalham segundo cursos – Rio 2000-2003

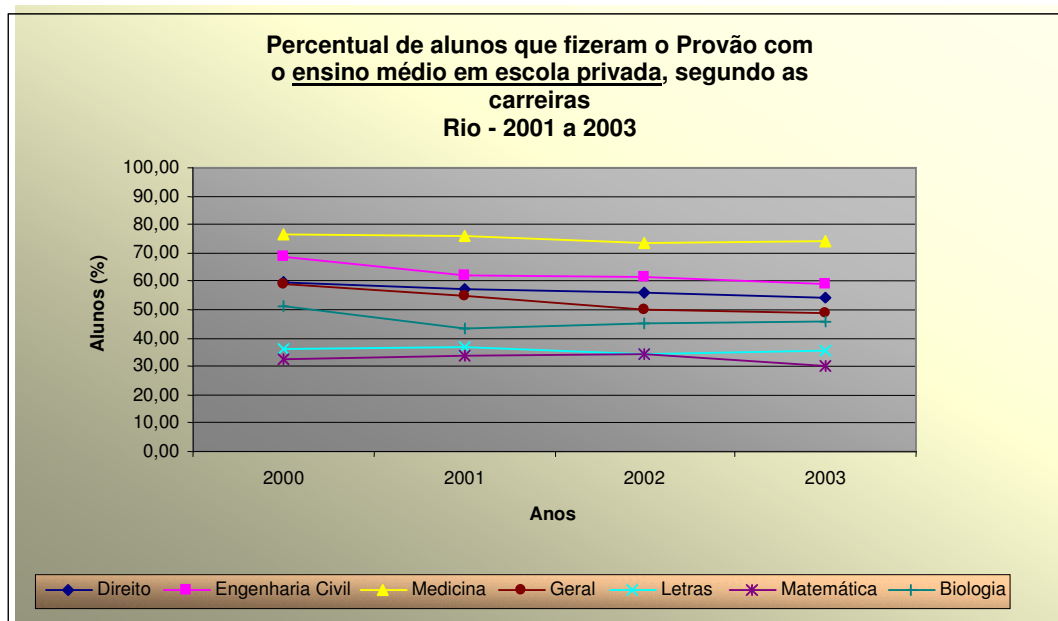


Fonte: Microdados Provão INEP

f) Ensino médio em escola privada

Quanto à situação de egresso da escola privada: segundo os dados do Censo Escolar da educação básica para 2005, no ensino médio 87,9% dos alunos matriculados estudam em estabelecimentos públicos. Em contrapartida, representam apenas 46,8% do total de matrículas nas Instituições de Educação Superior já avaliadas pelo ENADE. De maneira inversa, enquanto os alunos que cursam ensino médio privado representam 12,1% do universo de matrículas deste nível de ensino, quando chegam à educação superior, passam a ocupar 42,5% das matrículas nas instituições federais, 31,4% nas estaduais, 23,5% nas municipais e 34,9% nas IES privadas (INEP, 2006a). Observamos que especificando por cursos, e tendo sido considerada a opção mais radical – cursou o ensino médio **todo** em escola privada -, verificamos valores ainda mais elevados, mesmo nos cursos de baixo prestígio. Nos de prestígio mais elevado, são maioria incontestes. Os cursos de Engenharia e Matemática apresentaram uma tendência de redução de egressos de escola privada, bem como a linha do Geral, que acrescentava novos cursos à série.

Gráfico 23: Egressos do ensino médio privado que fizeram o Provão segundo cursos – Rio 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

Concluimos que de maneira geral, em todos os indicadores observa-se um padrão de estabilidade ao longo dos anos, ou seja: o esperado declínio das linhas é suave ou inexistente, mesmo no contexto de aumento de concluintes. A série mantém-se quase em linha reta. Tal configuração não nos autoriza a inferir nenhuma tendência importante de mudança do perfil socioeconômico no ensino superior, pelo menos até aqui. É certo que as carreiras de menor prestígio incluem um tipo de população que se aproxima um pouco mais da média da população brasileira, mas essa característica se cristaliza no tempo, sem alterações inclusivas espetaculares.

Sobre estes mecanismos, que retratam efeitos não desejados da expansão educacional (BOUDON,1999), estudos como os de Silva (2003) explicitam o padrão de “Desigualdade Maximamente Mantida (MMI)” no caso brasileiro:

quando o sistema educacional se expande, as desigualdades entre grupos sociais tendem a permanecer estáveis, e mesmo a se ampliarem, porque os grupos em vantagem estão em melhores condições de aproveitarem as novas posições abertas por esta expansão. Somente quando esses grupos em vantagem atingem seus níveis de saturação nas chances de completar uma dada transição educacional é que as desigualdades começam a declinar (SILVA, 2003, p. 131).

Com efeito, examinando a expansão educativa do Brasil nas transições escolares entre a 1ª, a 4ª e a 8ª séries nos anos de 1981, 1990 e 1999, Silva observou que os principais beneficiários foram os grupos já em situação de

relativa vantagem, como as jovens do sexo feminino e os residentes nas outras regiões que não a Nordeste. Seus estudos revelam ainda que o efeito das variáveis individuais e de origem social familiar (sexo, cor, idade, educação do chefe da família, renda familiar *per capita* etc)¹³³ declina ao longo da transição, **à exceção** do efeito renda familiar *per capita*, que cresce conforme se progride dentro do sistema escolar. Este padrão é explicável pela predominância do ensino pago nos níveis superiores do sistema educacional brasileiro. Assim, “é possível que grupos economicamente privilegiados mas que ainda não atingiram seu nível de saturação nestas transições sejam relativamente mais beneficiados pela expansão educacional nos níveis mais elevados do ensino” (SILVA, 2003, p. 132-3).

Acreditamos que fenômeno comparável pode ser observado no caso do Rio de Janeiro, quando se verificam compensações entre indicadores, como no caso da diminuição de brancos nos cursos de Direito e Matemática, acompanhada simultaneamente do aumento da proporção de graduandos não trabalhadores e filhos de pais com ensino superior. Vale dizer: mais não brancos podem estar concluindo curso superior nestas áreas, desde que reúnam outras condições ótimas para esta escolarização.

Sobretudo, entendemos que podemos vislumbrar neste processo o sentido das estratégias compensatórias vaticinado por Bourdieu. Afinal, mesmo em expansão, as fronteiras que delimitam o espaço de cursos mais prestigiosos continuam fechadas a novos perfis populacionais. Além disso, verificamos que os cursos que proporcionalmente aumentaram mais vagas são os menos prestigiados socialmente. Estaríamos testemunhando, assim - à brasileira (ou à fluminense) - mais um *round* na “luta contra a desclassificação”? (BOURDIEU, 2002).

Eis que entre os cursos estudados, além de se caracterizar claramente sua separação em dois grupos, internamente a eles se verifica uma persistente hierarquia interna, observável em quase todos os indicadores de elitização, excepcionando-se o curso de Biologia em alguns deles. Em ordem decrescente aparecem Medicina, Engenharia Civil, Direito, Geral, Biologia, Letras e Matemática. Ou seja: entre os cursos de maior prestígio Medicina é o mais elitizado e Direito o menos elitizado. E entre os de menor prestígio, Biologia é o mais elitizado e Matemática é o menos elitizado. Interessante atentar para que, no

¹³³ Através de regressão logística, apresenta coeficientes destas variáveis nos modelos de transição escolar para os anos de 1981, 1990 e 1999.

indicador “até 3 salários”, os cursos invertem de posição no gráfico como uma imagem no espelho. A ordem decrescente, então, vai de Matemática a Medicina. Chamaram nossa atenção alguns aspectos de cada curso, que passamos a sublinhar.

a) A blindagem da Medicina

É inconfundível e isolada a trajetória da Medicina, destacando-se dos outros cursos em qualquer filtro socioeconômico utilizado. Além disso, em qualquer nível de análise – Brasil, Rio, divisões público x privado e outras – resta patente a notável distância social entre este curso e os demais. Relembramos aqui a eficácia da atuação dos conselhos profissionais no controle da oferta nesse curso, bem como da resistência das escolas de Medicina federais em torno da política de cotas. É o caso da UFRJ, maior universidade federal do país (MEDICINA, 2004). O maior distanciamento dos demais cursos é observado na condição de não trabalho e o menor na condição de branco.

b) A sinuosa Engenharia

As linhas do curso de Engenharia produzem zig-zagues de difícil interpretação. Na linha Geral também se percebe esta tendência, mas sabemos que ela reflete uma entrada de novos cursos ano a ano. Podemos, no entanto, ressaltar que Engenharia foi um curso em que houve decréscimo de alunos na série estudada, o que pode estar refletindo na composição social do curso. Observemos, também, que neste período o curso não passava por uma boa fase em termos de mercado.

c) Direito: um curso ambivalente

Muitas vezes o curso de Direito se confunde com as linhas de Engenharia e Geral, mas mantém uma trajetória mais estável como na linha Geral. Outras vezes ultrapassa esta linha, alinhando-se com os cursos de menor prestígio, como no caso de não trabalho e solteiro para o Rio. Tratando-se de um curso submetido a controle profissional, não é de se estranhar as dificuldades desse controle, posto que este curso lida com uma população mais heterogênea do que no curso de Medicina, por exemplo. Talvez esse seja um componente da problemática dos exames da Ordem dos Advogados.

d) A Biologia e suas metamorfoses

Embora tendendo sempre a se posicionar como curso de menor prestígio, em alguns indicadores socioeconômicos o curso de Biologia transpõe a fronteira

entre os grupos e muda de lado. São eles a situação de não trabalho e o estado civil. Em outras situações, tangencia a linha Geral, como na escolaridade da mãe e ensino médio privado. Tantas fugas ao padrão sociológico dos cursos de menor prestígio revela que Biologia é um curso composto por estudantes de nível socioeconômico compatível com carreiras mais prestigiadas. No caso específico, a hipótese imediata é que a opção por esse curso seja secundária a uma opção por Medicina, não tendo o aluno obtido sucesso neste vestibular.

e) Matemática, um curso para casar

Predomina a situação de solteiro em todas as graduações por nós estudadas, mas entre os estudantes de Matemática a proporção de não solteiros é a maior. Como a média de idade dos concluintes de Matemática – 29,83 - é a mais elevada¹³⁴, acreditamos que tal índice de conjugalidade está relacionado ao fator idade. Pudemos observar, também, que é o curso que produz o declive mais expressivo quanto ao indicador branco.

f) A estável Letras

É o curso que apresenta maior estabilidade nos indicadores, à exceção daquelas que se manifestaram como tendência geral de mudança: branco, de 3 a 10 salários, escolaridade de pais. Sua linha cruza com a de Matemática muitas vezes e naquelas em que a ultrapassa para baixo, fecha o extremo oposto das carreiras de forma tão estável quanto Medicina o abre na primeira linha.

Passamos a examinar, a seguir, como funcionam os indicadores socioeconômicos nas oposições destacadas no Rio de Janeiro.

5.2.1

As clivagens público x privado; universitário x não universitário e capital x interior

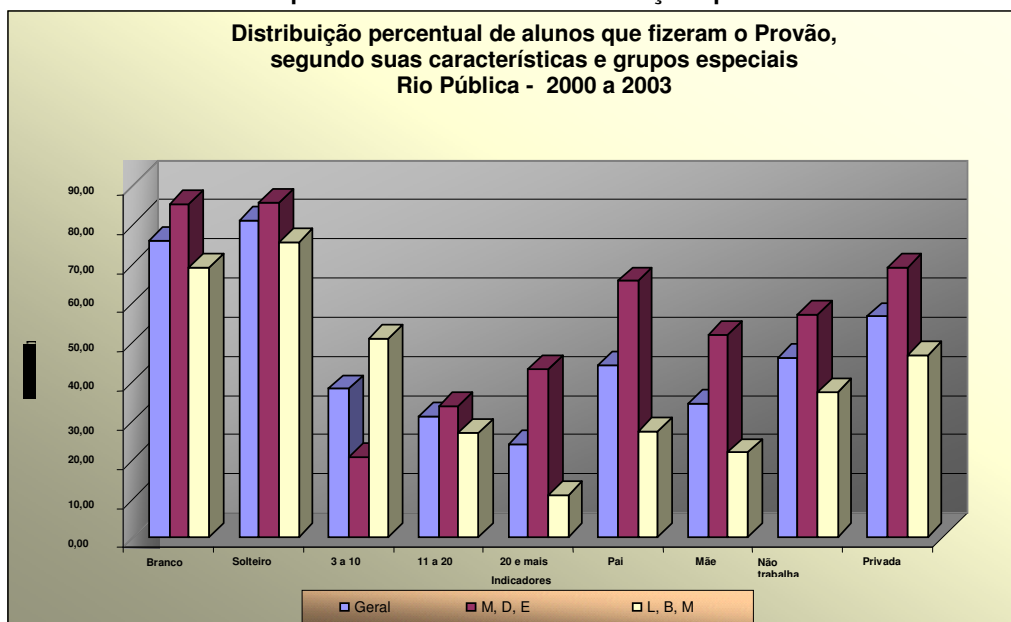
Realizamos análises em vários níveis de comparação, mas entendemos que devemos evitar o excesso de detalhamento e apresentamos apenas as tendências dominantes. Quanto ao comparativo com o Brasil, será acionado apenas para que os dados do Rio de Janeiro não fiquem desvinculados de qualquer relação, dado que nosso propósito não é explicar as distâncias entre o Rio e o Brasil e sim discutir a topografia socioeconômica dos concluintes do ensino superior em carreiras selecionadas neste Estado.

¹³⁴Média dos outros cursos: Medicina – 24,99, Engenharia – 26,47, Biologia – 27,00, Direito e Letras – 28,92. O menor desvio padrão ocorreu em Medicina e o maior em Direito.

a) Comparando os setores público e privado no Rio de Janeiro

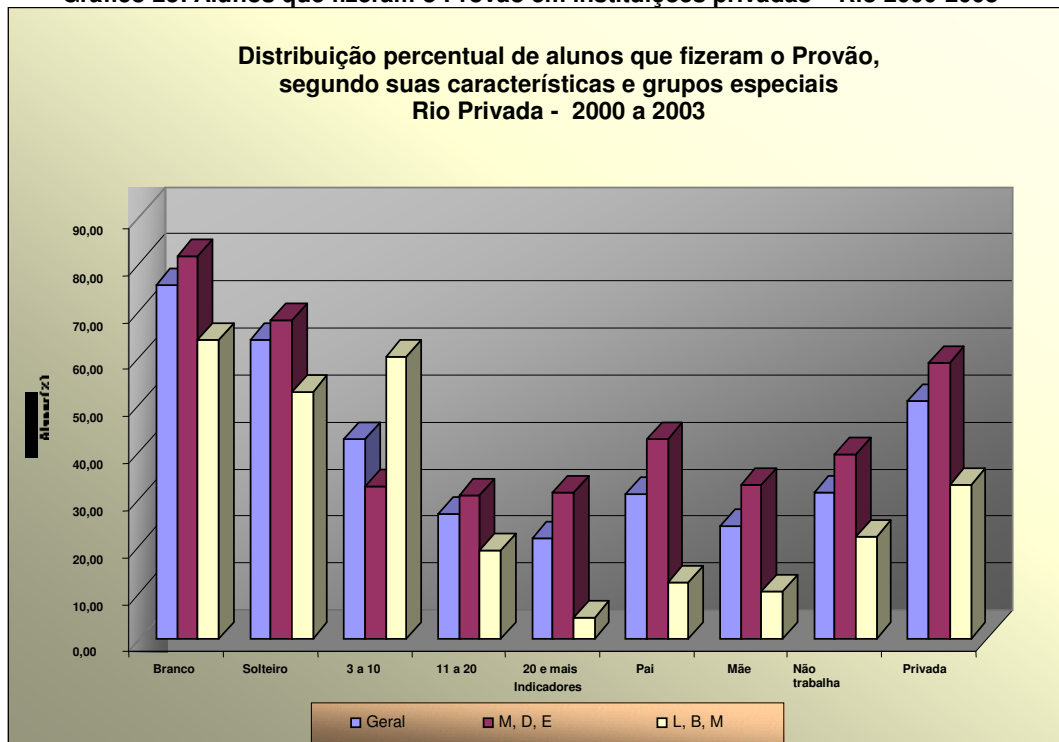
Tal como para o Brasil, encontramos maior presença de indicadores de elitismo no setor público que no privado no Rio de Janeiro em todas as situações examinadas, como segue.

Gráfico 24: Alunos que fizeram o Provão em instituições públicas – Rio 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

Gráfico 25: Alunos que fizeram o Provão em instituições privadas – Rio 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

Para além dos indicadores em separado, ensaiamos ainda um agrupamento de indicadores, como mais um filtro para proceder a esta análise: a) indicadores econômicos (renda), b) de escolarização (ensino médio privado e título superior dos pais) e c) condições ótimas para estudo (não trabalho e solteiro). Associamos a estas a condição de branco, pela sua frequência incontestada nas hostes do ensino superior, sugerindo uma característica social importante no processo.

Nesse sentido, o que podemos observar? No Rio de Janeiro os estudantes de Medicina, Engenharia, Direito, Biologia, Letras e Matemática do setor público reúnem melhores condições de estudo nos três sentidos: econômico, por escolarização e condições pessoais para estudo do que os do setor privado. Assim, torna-se compreensível a percepção popular de que as escolas públicas sejam para privilegiados, dado que eles são de fato maioria principalmente nos cursos mais prestigiosos, os quais se projetam como referência social. Este achado corrobora a visão de Sampaio (2000), para quem no Brasil ocorre uma divisão complementar de funções entre os setores público e privado no ensino superior, cabendo ao último, pelo processo de massificação operado no seu interior, o papel de garantidor da possibilidade do setor público manter-se com padrão de elite. Em suas palavras:

Em suma, somente quando o ensino superior privado volta-se para o atendimento da demanda de massa é que ele estabelece uma relação complementar ao setor público, permitindo que este se mantenha mais restritivo. Curiosamente também é a partir desse momento que ambos os setores passam a ter demarcação simbólica mais rígida e que o setor privado se torna o “outro” do setor público (SAMPAIO, 2000, p. 369).

Procedemos agora à análise comparativa dos indicadores e dos cursos nos setores público e privado, destacando aspectos que sobressaíram e inserindo alguns gráficos ilustrativos. Inicialmente destacamos que a posição dos cursos, o sentido das retas e as proporções das variáveis nestas oposições são bastante semelhantes ao gráfico geral do Rio de Janeiro.

- Não identificamos, como em outros trabalhos foi sugerido, maior presença de **negros** nas instituições públicas (RELATÓRIO, 2003)¹³⁵. Os percentuais são equivalentes e nos cursos de menor prestígio das instituições públicas há mais brancos que nas instituições privadas. O mesmo ocorre em relação ao trabalho “Mapa da cor no ensino superior brasileiro” (PETRUCCELLI, 2004). Ao

¹³⁵No setor privado, 80,7% dos estudantes se definem como brancos, enquanto no setor público são 67,1%, foi o achado de Schwartzman sobre a PNAD de 2001.

contrário do que aponta para “pessoas que freqüentam o ensino superior por tipo de ensino – público ou privado – segundo cor ou raça” para o Brasil no ano de 2000, na nossa população há mais brancos no setor público do que no privado. Acreditamos que esta diferença pode ser explicada pelo fato de que nossa base está especificada por cursos no conjunto de quatro anos e se refere a concluintes e não a matriculados nas IES. Nesse sentido, reforçamos a importância de se proceder a estudos sobre essas realidades complementares: a de matriculados e a de concluintes e sobre o conjunto de estudantes e sobre cursos específicos. Mais particularmente, acompanhar a distância entre matriculados e concluintes no tocante a vários indicadores, se não quisermos ter uma imagem ficcional sobre o ensino superior no Brasil.

Na direção de nossa preocupação concluem os autores de “Equidade no ensino superior brasileiro”, sobre os concluintes do Provão de 1999. Após identificar a maior presença de negros e pardos nas universidades públicas, os autores questionam: “até que ponto esses resultados estariam realmente refletindo a existência de uma menor discriminação racial nas universidades públicas ou, ao contrário, seriam reflexo da formação da população em termos raciais nas diferentes regiões geográficas?” (SAMPAIO, LIMONGI e TORRES, 2000, p. 25). Para contribuir na elucidação de dúvidas como essa é que se realizam estudos mais recortados, justamente nossa proposta.

Nossos resultados se compatibilizam, entretanto, com achados mais recentes (AVANÇO, 2006): desde 2001, parcela de negros e pardos na rede privada subiu 223%; na universidade pública, o aumento foi de 140%. Essa diferença é atribuída por especialistas ao efeito do ProUni na mudança de composição racial dos alunos no ensino superior privado.

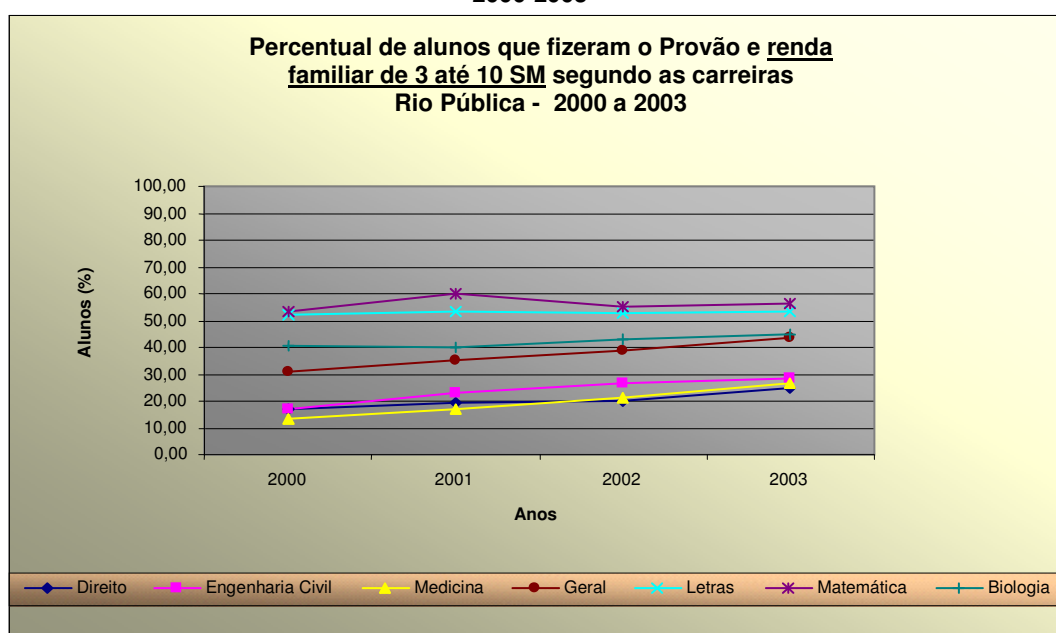
- Com relação a estado civil, os concluintes do ensino superior público se alinham em bloco na condição de **solteiros**, pouco se diferenciando quanto a cursos. Ressaltamos que essa configuração difere de todas as outras: Brasil geral, oposições internas, Rio geral e oposições. O mesmo não ocorre nas instituições privadas, onde se observa uma distribuição típica: os solteiros são mais encontrados nos cursos de maior prestígio, seguindo a ordem hierárquica convencional.
- Há mais concluintes na faixa de renda de **3 a 10 salários** no setor privado que no público. Direito, Engenharia e Geral se agrupam logo acima de Medicina e

os demais se confundem no extremo superior. Esta situação também foi encontrada em trabalho realizado sobre estudantes de graduação no Rio Grande do Sul, onde emergiu uma proporção ligeiramente superior de estudantes provenientes de famílias com renda mais baixa nas IES privadas (MORETTO, 2006, p. 251). Mas diferem dos dados apurados pelo trabalho de Schwartzman sobre a PNAD de 2001:

metade dos estudantes das escolas privadas fazem parte dos 10% mais ricos da população (...); no setor público, só 34,4% têm essa renda.(...) no outro extremo, 11,7% dos alunos do setor público vêm da metade mais pobre da sociedade enquanto a proporção deste grupo no setor privado é de 5,4% (RICOS, 2003).

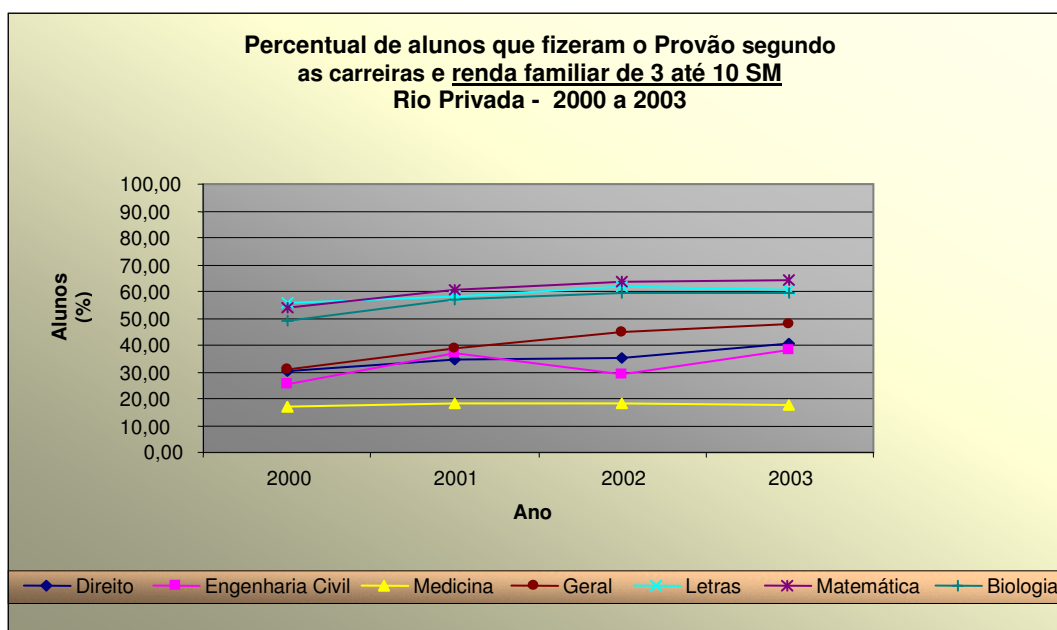
Acreditamos que aqui, tanto quanto para o indicador “branco”, o recorte específico de nosso trabalho pode explicar as diferenças encontradas.

Gráfico 26: Graduandos com renda familiar de 3 a 10 salários em instituições públicas – Rio 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

Gráfico 27: Graduandos com renda familiar de 3 a 10 salários em instituições privadas – Rio 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

- Entre **11 e 20 salários** há mais concluintes do setor público, mas a conformação das linhas entre os setores é muito semelhante: os cursos se comprimem numa estreita faixa e há uma tendência de queda no indicador. Na faixa de mais de 20 salários, embora se encontrem maiores percentuais entre os cursos de menor prestígio no setor público, surge uma tendência de queda, que é comum com o setor privado em todos os cursos, menos no de Medicina.
- A proporção de **pais e mães com nível superior** é consideravelmente maior nas instituições públicas em todos os cursos.
- Há mais **trabalhadores** nas instituições privadas do que nas públicas em todos os cursos¹³⁶, com forte distanciamento entre a posição dos concluintes de Medicina em relação aos demais: em todos os outros cursos o percentual de não trabalhadores é no máximo de 33%, contra cerca de 70% em Medicina. Nestas instituições Engenharia se junta aos cursos de menor prestígio, restando abaixo da linha Geral. Já nas instituições públicas a situação de não trabalho dos cursos se distribui pelo gráfico, diminuindo bastante o intervalo entre todos os cursos e Geral em relação à Medicina – excetuando-se Matemática e Letras.

¹³⁶Esse resultado foi confirmado para ingressantes e concluintes no ENADE 2004. Disponível em http://www.inep.gov.br/superior/enade/2004/resumo_tecnico.htm. Acesso em 21 abr. 2007. Também no artigo “Calouro de particular trabalha mais”, da **Folha de São Paulo** de 30 jun. 2005, p. C4.

Gráfico 28: Graduandos que não trabalham: setor privado – Rio 2000-2003

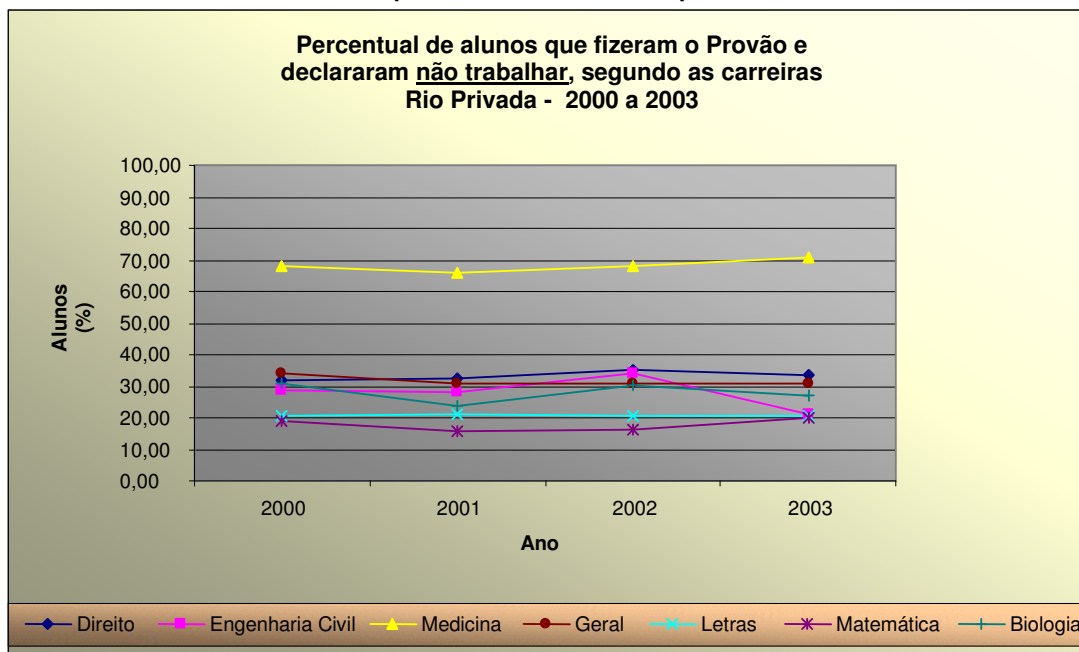
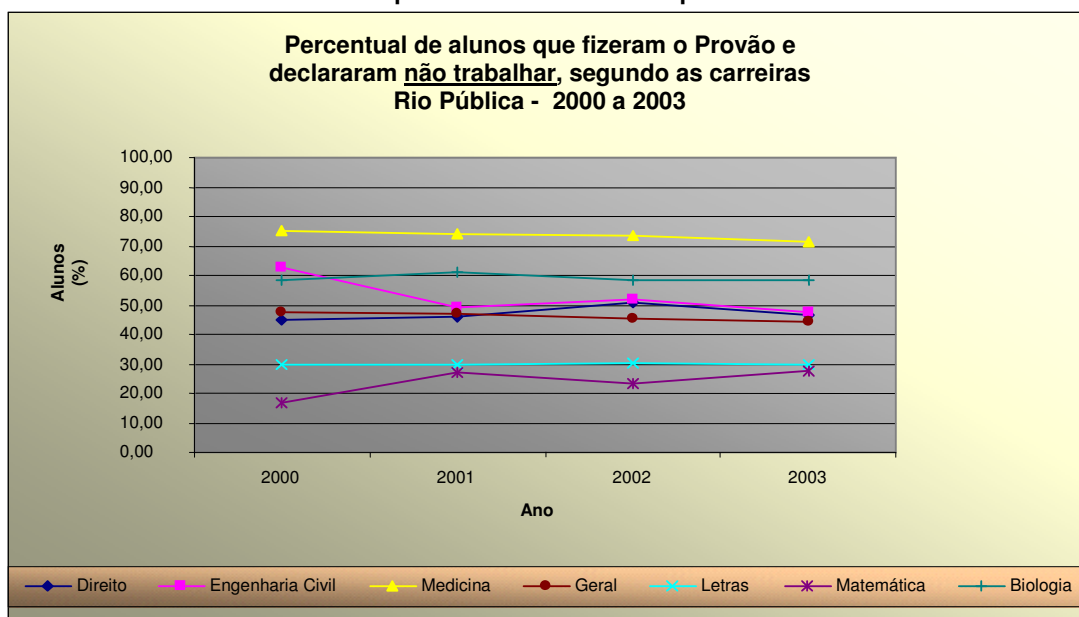


Gráfico 29: Graduandos que não trabalham: setor público – Rio 2000-2003

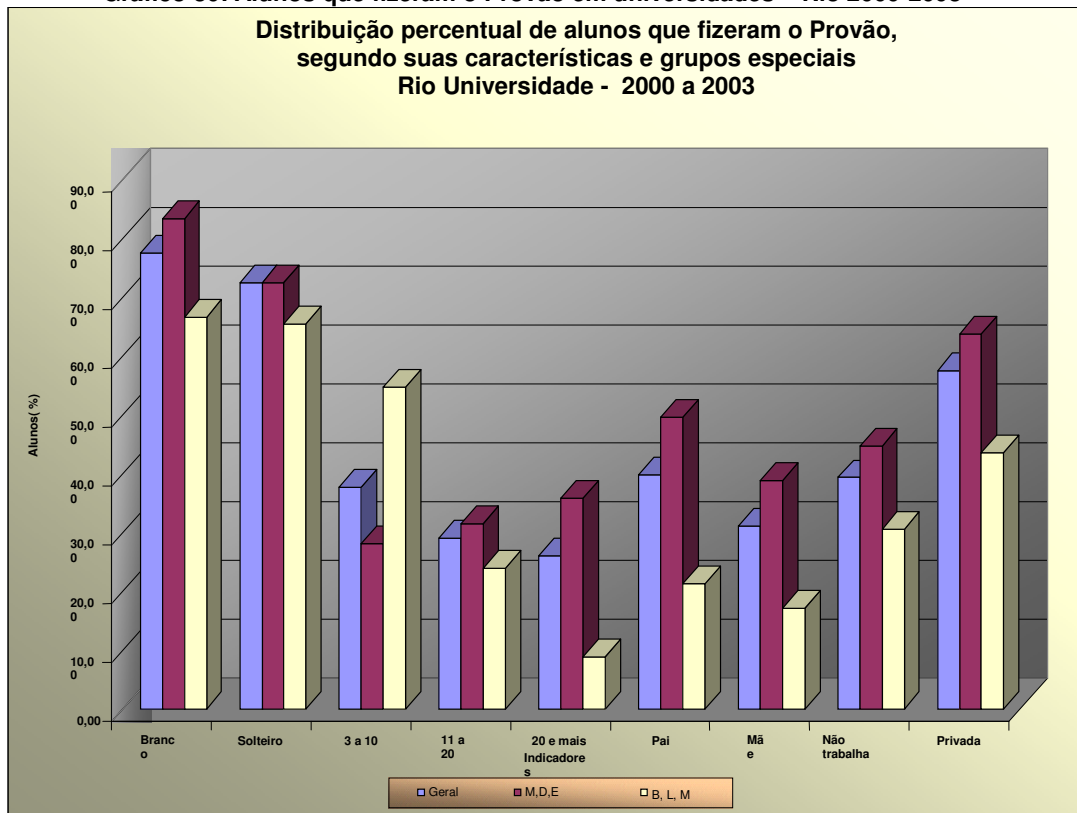


- Mais claramente que no caso geral do Rio de Janeiro, nas instituições públicas o curso de **Biologia** tende a se comportar como um curso de elite. Isto ocorre principalmente quanto ao ensino médio cursado em escola privada, estado civil solteiro e na situação de não trabalho. Em outros casos, como branco e titulação superior dos pais, o curso de Biologia tangencia a linha Geral.

b) Comparando os setores universitário e não universitário no Rio de Janeiro

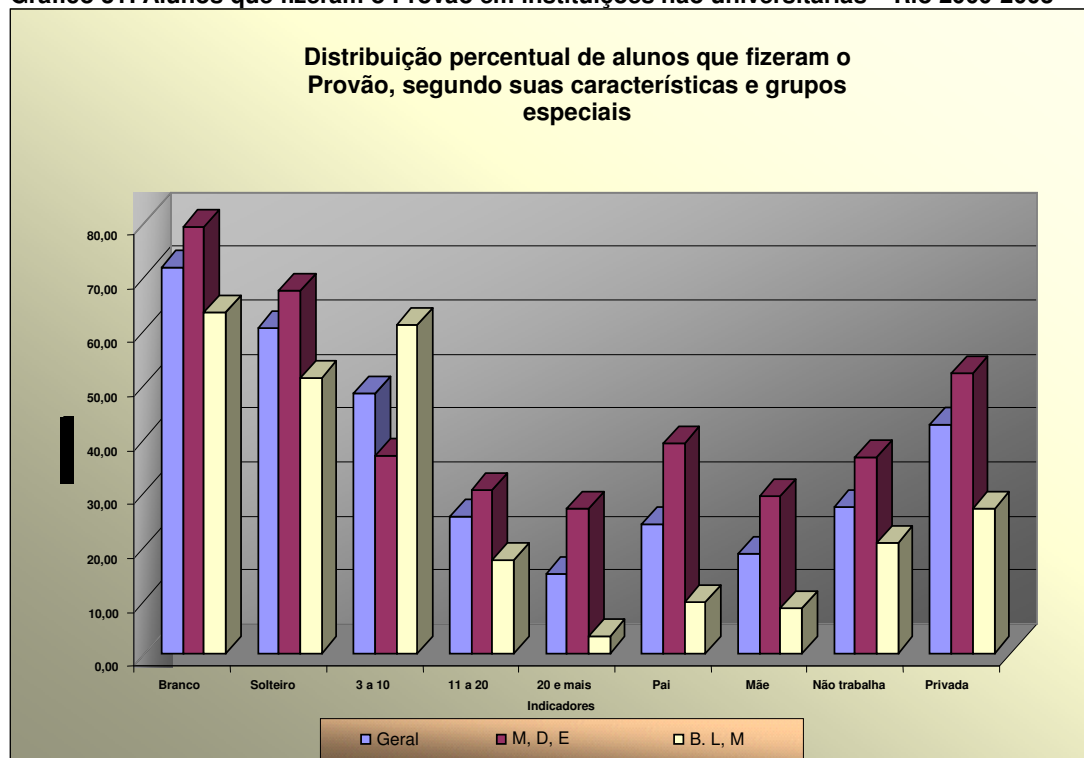
Retratamos agora a conformação dos concluintes do Rio segundo a organização acadêmica:

Gráfico 30: Alunos que fizeram o Provão em universidades – Rio 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

Gráfico 31: Alunos que fizeram o Provão em instituições não universitárias – Rio 2000-2003

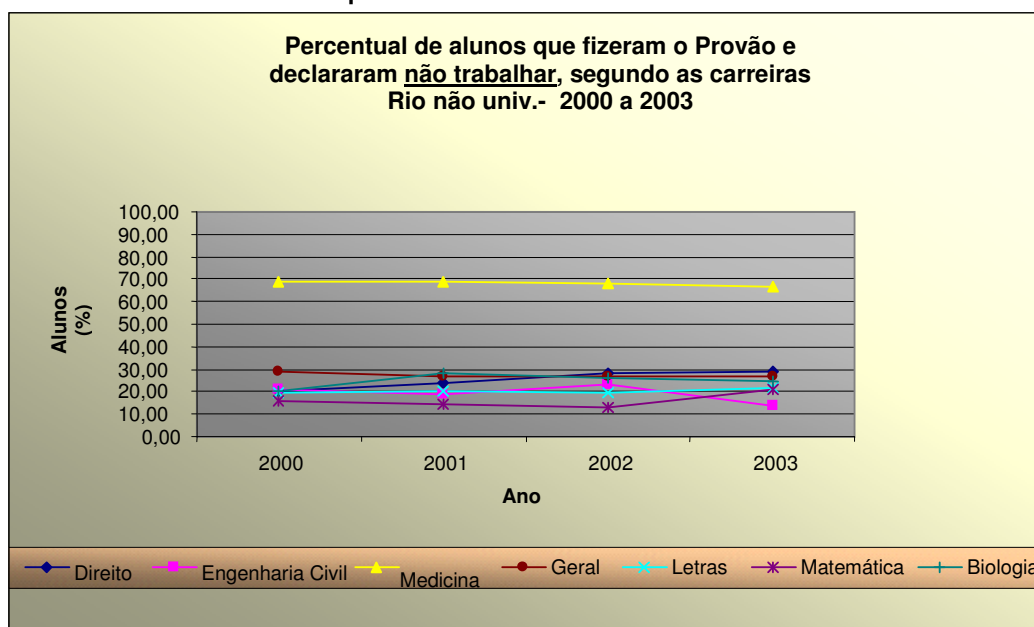


Fonte: Microdados Provão INEP

À semelhança do que ocorre na cisão público x privado, as instituições universitárias revelam concluintes com perfil mais elitizados que as instituições não universitárias. Igualmente, a variável onde encontramos maiores percentuais de resposta para não universitários é na faixa de renda de 3 a 10 salários. E analisando por grupos de indicadores, observaremos, à semelhança da situação de público x privado, a primazia das condições do setor universitário. Devemos, no entanto, marcar algumas peculiaridades da oposição universidade x não universidade:

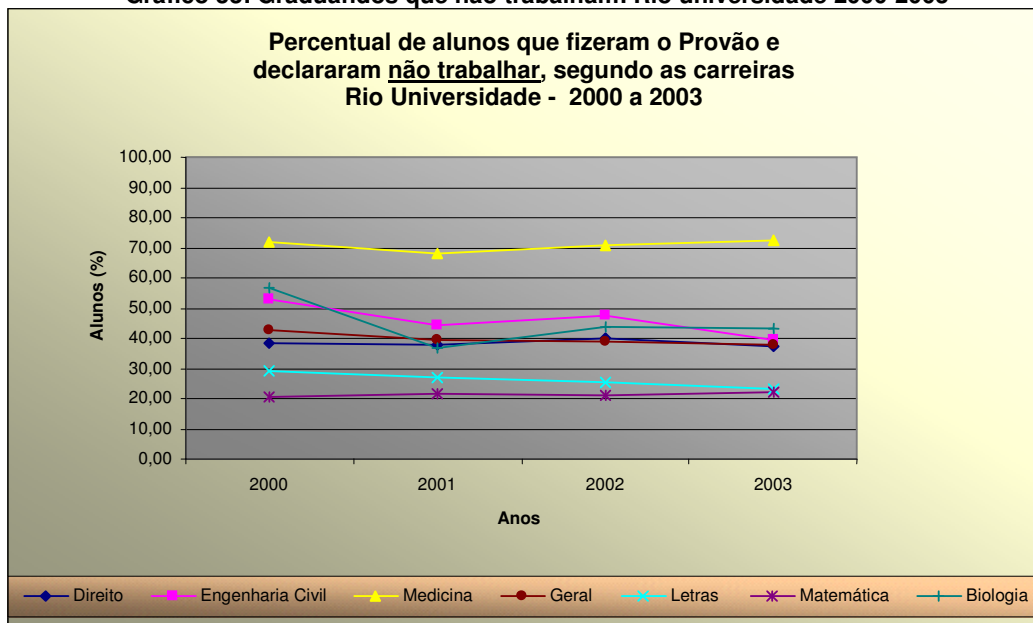
- O curso de **Medicina** na situação das instituições não universitárias vai se distanciar sobremaneira dos demais, reforçando ainda mais seu elitismo. Configuram as maiores amplitudes qualquer que seja o indicador considerado, exceto na faixa de renda de 11 a 20 salários, que como temos visto, revela o indicador mais comprimido. Esse distanciamento ocorre não exatamente porque o curso de Medicina assuma valores muito elevados comparando-se ao setor universitário, mas porque os outros cursos das instituições não universitárias apresentam valores muito inferiores, qualquer que seja o indicador examinado. Ilustramos com a situação de trabalho:

Gráfico 32: Graduandos que não trabalham - Rio setor não universitário 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

Gráfico 33: Graduandos que não trabalham: Rio universidade 2000-2003



c) Comparando capital e interior no Rio de Janeiro

Vejamos como se constituiu o relevo dos dois grupos na capital e no interior do Rio de Janeiro:

Gráfico 34: Alunos que fizeram o Provão na capital – Rio 2000-2003

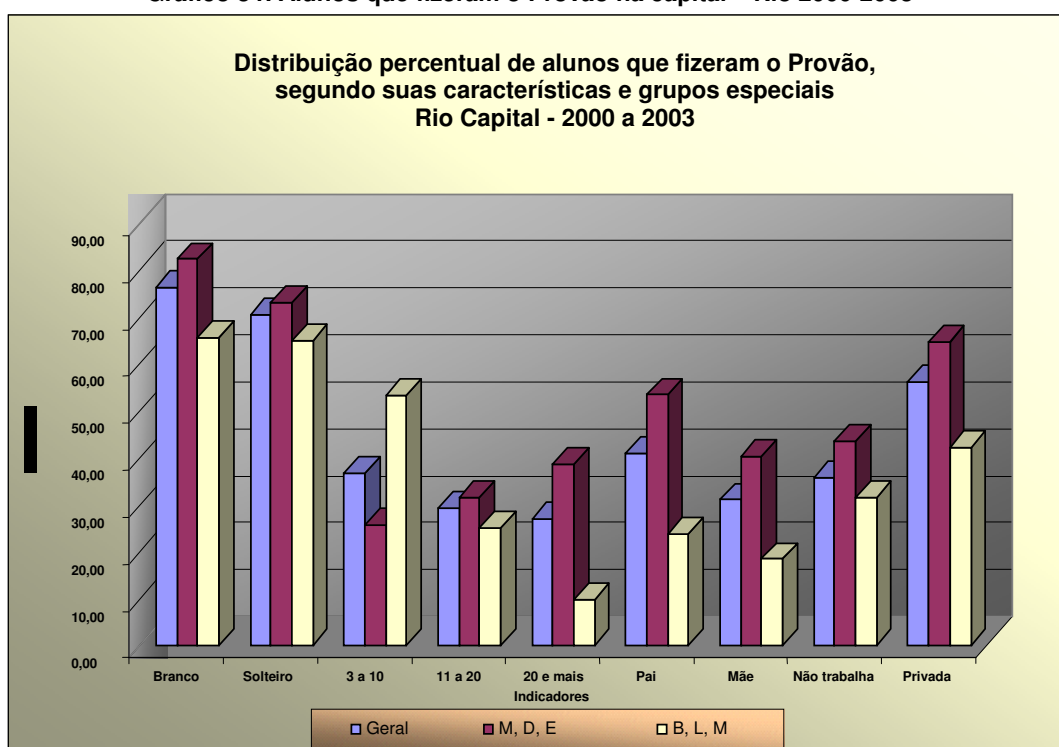
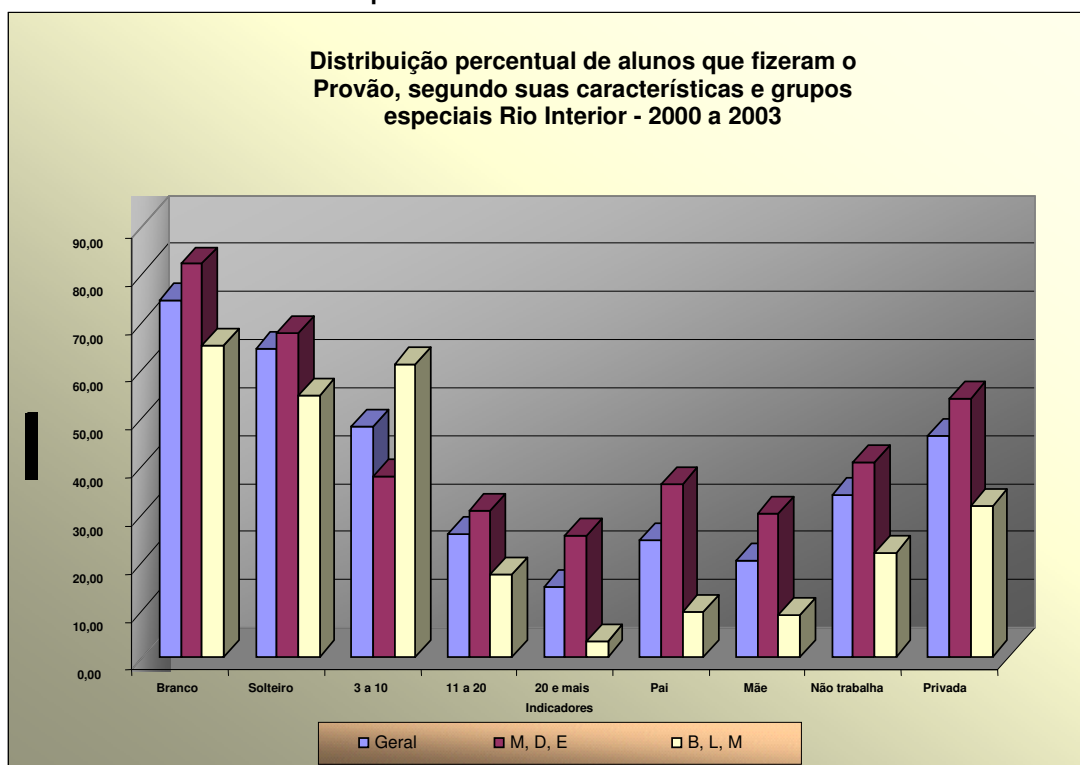


Gráfico 35: Alunos que fizeram o Provão no interior – Rio 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

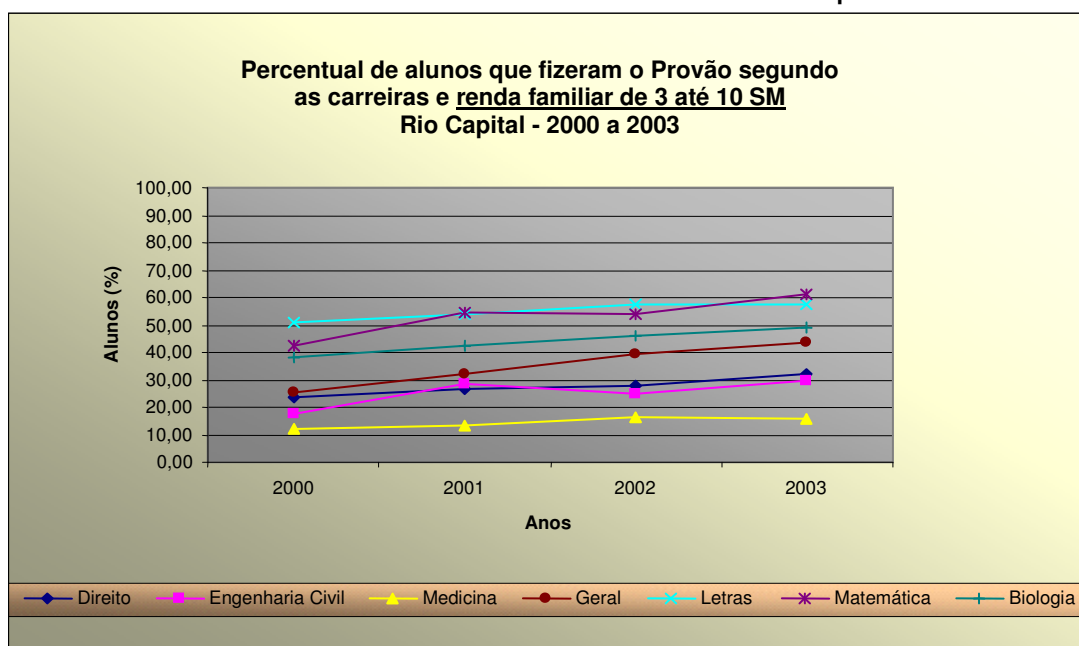
Da mesma forma que nas disjuntivas público x privado e universitário x não universitário, se analisarmos por agrupamento de indicadores - de renda; de escolarização (ensino médio privado e título superior dos pais) e condições especiais para estudo (não trabalho e solteiro) -, verificaremos que os dois grupos de cursos na capital do Rio de Janeiro espelham as melhores condições para o empreendimento da escolarização.

Nesta comparação, apenas num indicador o interior do Rio de Janeiro supera a capital: de 3 a 10 salários para os dois grupos e Geral, revelando, quanto aos outros indicadores, condições sociais favorecidas da capital. E isso sucede mesmo considerando-se que a oferta de cursos no interior ocorre majoritariamente em municípios com as mais altas taxas de IDH do Estado (PNUD, 2006). Analisando os cursos por indicadores, destacamos:

- Os gráficos da **capital** se assemelham mais ao geral do Rio do que o do interior, talvez como expressão do maior quantitativo de alunos existente na capital.
- Além de haver menos **solteiros** no interior, a tendência de diminuição não é tão marcante quanto na capital. Além disso, os estudantes de Letras vêm se somar aos de Matemática na menor tendência ao celibato.

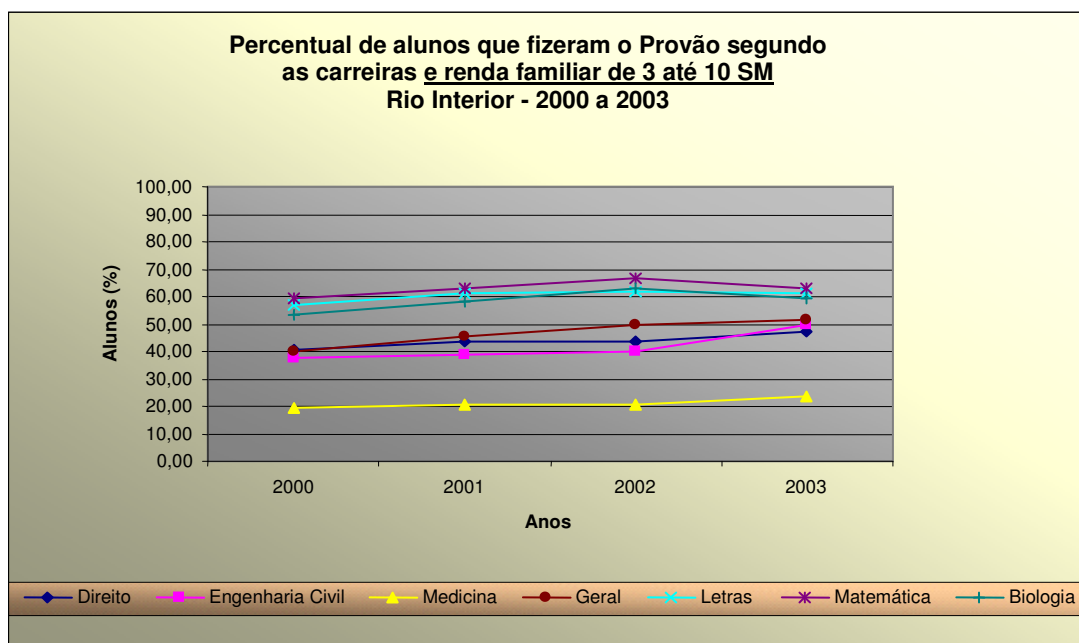
- A estrutura e o volume da distribuição de renda de **3 a 10 salários** se modifica bastante entre capital e interior. Observamos que no interior, excetuando-se Medicina, temos um percentual mais expressivo de concluintes nessa faixa de renda em todos os cursos. Na capital, a distribuição varia tipicamente conforme o prestígio dos cursos. Senão, vejamos:

Gráfico 36: Graduandos com renda familiar de 3 a 10 salários: Rio capital 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

Gráfico 37: Graduandos com renda familiar de 3 a 10 salários: Rio interior 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

- Em relação às outras faixas de renda, encontraremos mais concluintes entre **11 e 20 SM** no interior do Estado que na capital, e de forma melhor distribuída entre os cursos. Já o percentual de concluintes cuja renda familiar supera **20 SM** no interior do Rio é não somente inferior ao da capital como do interior do Brasil, em todos os cursos.
- Embora haja menos **pais e mães com ensino superior** no interior que na capital, o quantitativo de pais e mães dos cursos de menor prestígio e Geral no interior são muito semelhantes. Nos cursos de maior prestígio, o quantitativo de pais supera o de mães tanto no interior quanto na capital.
- Na capital encontramos maior grau de elitização do que no interior em todas as situações examinadas, mas sobressaem os indicadores de egresso do **ensino médio privado** e titulação superior dos pais. Quanto ao primeiro, exames do ensino básico nacional têm destacado a qualidade do ensino público no interior. Este fator pode contribuir para o quantitativo de egressos do ensino médio privado no interior e relativizar essa condição como de inferioridade.
- Com relação à condição de **trabalho**, o curso de Biologia vai se comportar tipicamente no interior, ou seja, alinhado a Letras e Matemática. Por outro lado, o curso de Direito vai se distanciar de seus pares incluindo mais graduados trabalhadores, talvez pela elevada oferta de cursos noturnos.

Concluindo, as análises assim particularizadas revelaram uma dicotomia entre as condições sociais dos concluintes do setor público comparado ao privado, do universitário comparado ao não universitário e da capital em relação ao interior. Verificamos a superioridade destas condições dentro do setor público, universitário e da capital. São também estes os setores que se batem pela manutenção da sua primazia no sistema. As vozes que se levantam nessa defesa veiculam, consciente ou inconscientemente, um ponto de vista baseado numa hegemonia social. Estaríamos, por conseguinte, diante de um outro traço da “luta contra a desclassificação” social?

Realizada uma avaliação sobre a composição social dos cursos, passamos em seguida à discussão sobre seus resultados acadêmicos no Estado do Rio de Janeiro, parte integrante das discussões sobre o processo de democratização.

5.3

Oferta e resultado acadêmico dos cursos analisados no Rio de Janeiro

Preliminarmente verificamos como se distribuem instituições, cursos¹³⁷ e concluintes no Brasil e no Rio de Janeiro, no total das carreiras e nas selecionadas. Nessa apreciação especificamos a distribuição entre os setores público e privado, universitário e não universitário e capital e interior, tomando como base o ano de 2003, que finaliza nossa série. Em seguida nos deteremos na análise da distribuição dos conceitos por curso, nestes pares de opostos.

5.3.1

Oferta e resultados acadêmicos segundo as clivagens

a) Oferta pública e privada

Em relação à divisão público-privado, é majoritária a presença do setor privado sobre o público no quantitativo de instituições, cursos e concluintes, conforme tabela a seguir.

Tabela 15: Brasil – Percentual de instituições, cursos e concluintes - todas as carreiras

ANO	INSTITUIÇÃO		CURSO		CONCLUINTES	
	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.
2003	12%	89%	33%	67%	32%	68%

Fonte: MEC/Inep/Deaes e Censo da Educação Superior 2003. Elaborada pela autora

Mas como ficaria essa distribuição considerando as carreiras em separado no Brasil?

Tabela 16: Brasil – Percentual de instituições, cursos e concluintes em carreiras selecionadas

ANO	INSTITUIÇÃO		CURSO		CONCLUINTES	
	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.
2003						
MEDICINA	56%	44%	55%	45%	58%	42%
ENGENHARIA	44%	56%	46%	54%	50%	50%
DIREITO	33%	67%	26%	74%	17%	83%
BIOLOGIA	37%	63%	47%	53%	49%	51%
LETRAS	27%	73%	42%	58%	44%	56%
MATEMÁTICA	36%	64%	51%	49%	50%	50%

Fonte: MEC/Inep/Deaes e Censo da Educação Superior 2003. Elaborada pela autora

¹³⁷ A categoria curso significa aqui cada graduação oferecida pelas várias instituições. Uma mesma instituição pode oferecer mais de um curso em diferentes municípios. Nossa unidade de análise passa a ser curso e não instituição, pois apenas desta forma captamos as peculiaridades da oposição capital x interior.

Observamos agora uma situação diferente. A presença do setor público aumenta em relação ao geral do Brasil em todas as situações, à exceção dos cursos e concluintes de Direito. No caso do curso de Medicina, a equação até mesmo se inverte, posto que a presença do setor público supera a do privado quanto aos três itens examinados: instituições, cursos e concluintes. Em Engenharia, chegamos quase à paridade de oferta entre os setores público e privado. Verificamos também que, somados os percentuais, Medicina, Engenharia e Direito superam Biologia, Letras e Matemática no conjunto das instituições públicas. Essa seria uma tendência também para cursos e concluintes, não fosse a acentuação da presença privada no curso de Direito. Façamos a mesma análise para o Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 17: Rio de Janeiro – Percentual de instituições, cursos e concluintes - todas as carreiras

ANO	INSTITUIÇÃO		CURSO		CONCLUINTES	
	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.
2003	12%	89%	17%	83%	26%	74%

Fonte: MEC/Inep/Deaes e Censo da Educação Superior 2003. Elaborada pela autora

Embora os percentuais para instituição no Brasil e no Rio se igualem, cresce a oferta privada de cursos no Estado, e por conseguinte o quantitativo de concluintes neste setor. Essa diferença pode ser claramente atribuída ao fenômeno da multiplicação dos cursos operado por muitas instituições privadas, expandindo-se para o interior. Examinemos a situação desdobrada pelas carreiras:

Tabela 18: Rio de Janeiro – Percentual de instituições, cursos e concluintes em carreiras selecionadas

2003	INSTITUIÇÃO		CURSO		CONCLUINTES	
CARREIRA	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.
MEDICINA	26%	74%	25%	75%	28%	72%
ENGENHARIA	36%	64%	36%	64%	49%	51%
DIREITO	16%	84%	10%	90%	12%	88%
BIOLOGIA	26%	74%	26%	74%	36%	64%
LETRAS	8%	92%	10%	90%	30%	70%
MATEMÁTICA	18%	82%	24%	76%	30%	70%

Fonte: MEC/Inep/Deaes e Censo da Educação Superior 2003. Elaborada pela autora

A oferta privada aumenta de tal forma que não se verificará, no Estado do Rio de Janeiro, o fenômeno observado em Medicina e Engenharia para o Brasil. Todavia, proporcionalmente, o setor público apresenta mais instituições e oferta

mais cursos em Medicina, Engenharia e Direito do que em Biologia, Letras e Matemática. No setor privado a equação se inverte: a maior oferta é de cursos de menor prestígio. A maior oferta pública ocorre no curso de Engenharia, no Rio de Janeiro. Em seguida vem o curso de Medicina como mais ofertado proporcionalmente pelo setor público. Dentre os cursos menos elitizados a oferta pública maior é em Biologia.

Poderíamos cogitar, então, de uma oferta não homogênea de ensino superior dentro do setor público. Da mesma forma que na cisão observada entre cursos mediante a composição social do alunado configurando dois grupos¹³⁸, encontramos também aqui uma hierarquia pelo oferecimento desigual de vagas. Parece fazer sentido essa discussão na medida em que as instituições públicas, não submetidas diretamente às leis do mercado, poderiam ofertar com mais equanimidade suas vagas entre as carreiras, ou mesmo inverter essa lógica, ofertando mais vagas nos cursos para os quais ocorre uma população mais pobre. Essa distribuição desigual também nos relembra as análises de Teixeira (UFRJ, 2007) e Ribeiro (1975) sobre o isolamento e a rivalidade entre escolas numa universidade, certamente fragilizando aquelas de menor prestígio social.

b) Entre as organizações acadêmicas

Sobre a divisão em categoria administrativa, predomina a oferta de cursos e concluintes em universidades, em todas as carreiras examinadas. A exceção é Letras, com maior oferta de cursos no setor não universitário. Porém, o número de concluintes continua sendo maior nas universidades nesta graduação. Da mesma forma que no exame da predominância de grupos por setor, as carreiras de maior prestígio sobressaem no conjunto das instituições universitárias em relação às de menor prestígio, seja no número de cursos ofertado, seja no de concluintes. Quanto ao grupo de menor prestígio, percebemos que aqui também o curso de Biologia tende a se aproximar nas características mais elitistas do grupo de maior prestígio, distanciando-se de Letras e Matemática.

c) Capital e interior

Com relação à distribuição entre interior e capital, pôde-se verificar uma tendência muito discreta de aumento da oferta no interior do Estado, que é inferior

¹³⁸Grupo de cursos de maior e menor prestígio, como vimos. No primeiro, a soma de Medicina, Engenharia e Direito de um lado e Biologia, Letras e Matemática de outro.

à do Brasil, conforme já salientado. Analisando com mais cuidado, constatamos uma relação entre categoria administrativa, organização acadêmica e localização das instituições. As mais prestigiosas (públicas e universitárias) tendem a se concentrar na capital e as menos, no interior. Examinando essa situação por cursos, é digno de nota o fato de que Engenharia mantém univocamente maior oferta de cursos e concluintes na capital do que no interior, repetindo o padrão geral. Em Medicina ocorrerá uma inversão: maior oferta e concluintes no interior do que na capital. Cabe observar que o Estado do Rio de Janeiro possui a segunda maior oferta de cursos de Medicina do país, abaixo apenas de São Paulo¹³⁹. Em outros cursos, como Direito e Letras, embora haja maior oferta de cursos no interior há mais graduados na capital, talvez pelo maior número de alunos nas turmas. Há mais cursos e concluintes na capital do que no interior nas carreiras de maior prestígio, e inversamente, mais cursos e concluintes nas carreiras de menor prestígio no interior.

Procedemos agora à análise do resultado acadêmico dos nossos cursos no Estado do Rio de Janeiro. Convém rememorar que dentro de nosso critério, destacamos instituições que tiraram A, B e C nos Provões entre 2000 e 2003 a fim de discutir como se distribuem estes conceitos entre os cursos e segundo os pólos que destacamos.

Uma palavra sobre essa opção. Nossa discussão sobre inclusão com qualidade, numa perspectiva mais estrita, poderia restringir o exame das instituições apenas àquelas que tiraram A e B no Provão, pois representariam conceitos acima da média, que é C. Entretanto, uma vez que pretendemos dialogar com as políticas governamentais para o ensino superior, optamos por acompanhar o critério governamental quanto ao conceito limite¹⁴⁰ C.

Acrescentamos, ainda, que a exigência de que os cursos tenham obtido A, B ou C nos quatro anos da série histórica se justifica a fim de exigir uma consistência nos resultados. Se nos pautássemos pela presença de apenas um ou outro resultado A, B ou C na série, poderíamos estar captando o efeito de uma boa turma de formandos mas que não retratasse o padrão acadêmico médio do curso.

¹³⁹Nas demais carreiras examinadas, São Paulo oferta a maior quantidade de cursos e a seguir, Minas Gerais. O caso de Medicina é uma exceção.

¹⁴⁰Limite na concessão de bolsas do PROUNI, FIES e credenciamento de cursos, como referido.

Dentre os 16 cursos de Medicina, 14 de Engenharia, 37 de Direito, 24 de Biologia, 38 de Letras e 30 de Matemática existentes no período, retiramos, para análise, os cursos que participaram do Provão em todos os anos da série. Destacamos a seguir quantos cursos atenderam este critério e quantos dentre estes obtiveram conceitos A, B e C na série. A tabela circunstanciada destes cursos encontra-se em anexo.

Tabela 19: Percentual de cursos A, B e C

CURSO	TOTAL	A, B, C	% A, B, C
MEDICINA	13	5	38%
ENGENHARIA	14	6	43%
DIREITO	26	10	38%
BIOLOGIA	22	14	64%
LETRAS	32	17	53%
MATEMÁTICA	24	16	67%

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Elaborada pela autora

A análise comparativa entre cursos e grupos de curso quanto ao seu desempenho acadêmico torna-se difícil porque pode variar o grau de dificuldade das provas entre cursos e porque as médias de notas para determinas os conceitos também variam de curso a curso, conforme já discutido¹⁴¹. Malgrado essa limitação e seguindo a lógica utilizada neste trabalho, atentaremos para a distribuição deste percentual considerando-se as disjuntivas público-privada, instituições universitárias-não universitárias e capital-interior. Sempre que possível empreendemos essa análise atentos à situação dos grupos de curso e não por curso isoladamente.

Tabela 20: Percentual de cursos A, B e C nos setores público e privado

CURSO	PÚBL.	PRIV.	A, B, C PÚBL.	A, B, C PRIV.	% A, B, C PÚBL.	% A, B, C PRIV.
MEDICINA	4	9	3	2	75% ¹⁴²	22%
ENGENHARIA	5	9	5	1	100%	11%
DIREITO	4	22	4	6	100%	27%
BIOLOGIA	6	16	6	8	100%	50%
LETRAS	4	28	4	13	100%	46%
MATEMÁTICA	6	18	6	10	100%	55%

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Elaborada pela autora

¹⁴¹Entretanto, se tomarmos como exemplo o caso do Rio de Janeiro, as piores performances dos cursos de Medicina e Direito aqui retratadas parecem justificar a preocupação da Associação Médica Brasileira e da OAB quanto à expansão de cursos nestas áreas.

¹⁴²A única instituição pública excluída foi a UERJ, que no ano de 2001 tirou E em Medicina. Foi um fato atípico posto que nos demais anos o conceito foi A. A menor presença de participantes neste ano sugere boicote, conforme veiculado na mídia à época (PÚBLICAS, 2001).

É incontestável a primazia da qualidade acadêmica do setor público sobre o privado nos cursos examinados. No setor privado, à exceção de Matemática e Biologia, o aproveitamento dos cursos fica abaixo da média da oferta, e os melhores resultados se dão nas carreiras de mais baixo prestígio. Parece-nos que qualquer tentativa de leitura dessa disparidade deve levar em conta, dentre outros fatores, de um lado a melhor qualificação do corpo docente nas instituições públicas, vez que a relação candidato/vaga em todas as carreiras é maior que nas instituições privadas e de outro, o quadro de carreira docente daquelas instituições, ofertando melhores condições de trabalho na outra ponta.

Examinemos, agora, como se distribuem os conceitos entre os setores universitário e não universitário:

Tabela 21: Percentual de cursos A, B e C nos setores universitário e não universitário

CURSO	UNIVERS.	NÃO UNIV.	A, B, C UNIV.	A, B, C NÃO UNIV.	% A, B, C UNIV.	% A, B, C NÃO UNIV.
MEDICINA	7	6	3	2	43%	33%
ENGENHARIA	8	6	5	1	62%	17%
DIREITO	17	9	8	2	47%	22%
BIOLOGIA	14	8	10	4	71%	50%
LETRAS	15	17	11	6	73%	35%
MATEMÁTICA	12	12	9	7	75%	58%

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Elaborada pela autora

A proporção de melhores resultados foi encontrada nas universidades. Tanto o setor universitário quanto o não universitário produziram melhores resultados nas carreiras menos prestigiadas.

Finalmente, como ficou a situação quanto ao recorte territorial, relembando que tem sido objeto de preocupação pelo eventual comprometimento da qualidade acadêmica em função da interiorização do ensino, uma das metas governamentais?

Tabela 22: Percentual de cursos A, B e C no interior e na capital

CURSO	CAPITAL	INTERIOR	A, B, C CAP.	A, B, C INT.	% A, B, C CAP.	% A, B, C INT.
MEDICINA	4	9	2	3	50%	33%
ENGENHARIA	10	4	4	2	40%	50%
DIREITO	16	9	6	4	37%	66%
BIOLOGIA	10	12	9	5	90%	42%
LETRAS	14	18	8	9	57%	50%
MATEMÁTICA	9	15	8	8	89%	53%

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Elaborada pela autora

Considerada essa cisão, não podemos afirmar, como no caso público-privado, uma primazia incontestada da capital sobre o interior. Embora os melhores resultados predominem na capital, há instituições bem avaliadas tanto lá quanto cá. Pelo menos no caso do Rio de Janeiro, não se configura como óbice à qualidade do ensino superior sua “paroquialização” (OLIVEN; CUNHA). O mais prudente é que outras questões sejam analisadas em conjunto com o recorte territorial. Nossos indicadores mostram que este recorte não é significativo por si só.

Os dados apresentados até agora apontam a hegemonia qualitativa do setor público e universitário, reforçando uma perspectiva mais tradicional sobre o sistema. Entre os três níveis de análise aqui discutidos, emergiram como fatores mais discriminantes do bom resultado acadêmico o fato do curso ocorrer primeiramente em instituição pública, em segundo lugar na organização acadêmica universidade e finalmente, com duas exceções, na capital.

Porém, eis que compõem nosso banco de dados instituições que não participaram do Provão nos quatro anos estudados e por isso ficaram de fora desta análise, embora os concluintes destes cursos tivessem integrado as análises socioeconômicas anteriores. Algumas participaram três vezes, outras duas e outras apenas uma vez. Neste último caso, por exemplo, temos instituições cujas primeiras turmas se formaram em 2003. Recuando quatro ou cinco anos – tempo de duração dos dois tipos de graduação aqui estudados – teremos a data de surgimento do curso: 1999 ou 2000. Sucede que exatamente por este motivo ensejam nossa atenção: representam cursos emergentes na última expansão do sistema.

Desta forma julgamos pertinente estender nossa investigação sobre estas graduações de existência recente, conscientes da limitação desta empresa, dado que o quantitativo de novos cursos é baixo, necessariamente comprometendo análises de cunho quantitativo. Trata-se apenas de um olhar em perspectiva. Feitas essas ressalvas, a nova situação geral foi a seguinte:

Tabela 23: Percentual de novos cursos A, B e C

CURSO	TOTAL	A, B, C	% A, B, C
MEDICINA	3	2	66%
ENGENHARIA	0	0	0%
DIREITO	11	6	54%
BIOLOGIA	2	2	100%
LETRAS	6	3	50%
MATEMÁTICA	6	5	83%

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Elaborada pela autora

O percentual de cursos A, B e C melhora em relação aos cursos antigos, mas bem sabemos que o dado deve ser encarado sob ressalva, porque estes cursos não estiveram submetidos ao mesmo número de anos de avaliação¹⁴³. Ou seja: estes resultados precisam de acompanhamento a fim de verificar se haverá continuidade ou não na boa performance.

No curso de Medicina são três os novos cursos, todos eles privados e universitários, sendo um na capital e dois no interior. Assim ficou o desempenho:

Tabela 24: Novos cursos de Medicina

CURSO	PÚBLICO	PRIVADO	A, B, C PÚBL.	A, B, C PRIV.	% A, B, C PÚBL.	% A, B, C PRIV.
MEDICINA	0	3	0	2	0%	66%
CURSO	UNIVERS.	NÃO UNIV.	A, B, C UNIV.	A, B, C NÃO UNIV.	% A, B, C UNIV.	% A, B, C NÃO UNIV.
MEDICINA	3	0	2	0	66%	0%
CURSO	CAPITAL	INTERIOR	A, B, C CAP.	A, B, C INT.	% A, B, C CAP.	% A, B, C INT.
MEDICINA	1	2	1	1	100%	50%

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Elaborada pela autora

Em Engenharia não entrou nenhum novo curso no período. Já em Direito foram 11, todos privados e no interior. A divisão remanescente foi entre setores universitário e não universitário, como segue:

¹⁴³ Apenas a título de controle, acompanhamos o desempenho destes cursos no ENADE e verificamos que persistem os bons resultados.

Tabela 25: Novos cursos de Direito

CURSO	PÚBLICO	PRIVADO	A, B, C PÚBL.	A, B, C PRIV.	% A, B, C PÚBL.	% A, B, C PRIV.
DIREITO	0	11	0	6	0%	55%
CURSO	UNIVERS.	NÃO UNIV.	A, B, C UNIV.	A, B, C NÃO UNIV.	% A, B, C UNIV.	% A, B, C NÃO UNIV.
DIREITO	10	1	6	0	60%	0%
CURSO	CAPITAL	INTERIOR	A, B, C CAP.	A, B, C INT.	% A, B, C CAP.	% A, B, C INT.
DIREITO	0	11	0	6	0%	55%

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Elaborada pela autora

Em Biologia entraram dois novos cursos: um público universitário no interior e outro privado não universitário na capital. Ambos com aproveitamento: 100% em todos os quesitos considerados.

Letras traz seis novos cursos privados, universitários e não, na capital e no interior. Assim ficou a repartição:

Tabela 26: Novos cursos de Letras

CURSO	PÚBLICO	PRIVADO	A, B, C PÚBL.	A, B, C PRIV.	% A, B, C PÚBL.	% A, B, C PRIV.
LETRAS	0	6	0	3	0%	50%
CURSO	UNIVERS.	NÃO UNIV.	A, B, C UNIV.	A, B, C NÃO UNIV.	% A, B, C UNIV.	% A, B, C NÃO UNIV.
LETRAS	3	3	2	1	66%	33%
CURSO	CAPITAL	INTERIOR	A, B, C CAP.	A, B, C INT.	% A, B, C CAP.	% A, B, C INT.
LETRAS	2	4	0	3	0%	75%

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Elaborada pela autora

Melhor sucedidos têm sido também os novos cursos de Matemática: são seis, apenas um público.

Tabela 27: Novos cursos de Matemática

CURSO	PÚBLICO	PRIVADO	A, B, C PÚBL.	A, B, C PRIV.	% A, B, C PÚBL.	% A, B, C PRIV.
MATEMÁTICA	1	5	1	4	100%	80%
CURSO	UNIVERS.	NÃO UNIV.	A, B, C UNIV.	A, B, C NÃO UNIV.	% A, B, C UNIV.	% A, B, C NÃO UNIV.
MATEMÁTICA	4	2	3	2	75%	100%
CURSO	CAPITAL	INTERIOR	A, B, C CAP.	A, B, C INT.	% A, B, C CAP.	% A, B, C INT.
MATEMÁTICA	3	3	3	2	100%	66%

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Elaborada pela autora

Como se vê, há melhora geral em todos os setores. Além dos cuidados mencionados anteriormente quanto à interpretação, cabe considerar que o sucesso destes cursos, ofertados majoritariamente no interior, pode ser correlacionado à presença de instituições mais jovens, que talvez tenham forjado sua qualidade acadêmica nas novas exigências do MEC em relação às IES¹⁴⁴ de um lado, e de outro ao fato de que, por serem novas na região, possivelmente atraírem um público mais qualificado, que representava uma demanda latente pelo ensino superior. Nesse caso, estaríamos novamente diante do fenômeno da desigualdade maximamente mantida, posto que favorecendo as camadas socialmente privilegiadas desta nova fronteira - o interior. Pudemos observar, nesse sentido, que comparando-se o desempenho de cursos oferecidos pela mesma instituição no interior e na capital, os do interior foram melhor sucedido nas avaliações. Ou seja: o curso X da instituição Y tirou **D** na capital e **B** nas suas unidades do interior nos Provões estudados, ensejando aprofundamento nas investigações para compreensão dessa divergência.

Uma outra hipótese a ser aprofundada sobre o desempenho do interior diz respeito ao já aferido bom resultado de instituições dessas localidades no SAEB, ENEM, Prova Brasil e pelo IDEB, em comparação com as da capital e regiões metropolitanas. A justificativa para esse sucesso adviria do capital social e da pressão comunitária remanescente no interior, em oposição ao elevado grau de degradação do tecido social das grandes cidades, que se refletiria na escola (VIZINHOS, 2007). Um desses estudos – Aprova Brasil, o Direito de Aprender” -

¹⁴⁴Como as relacionadas à titulação e às condições de trabalho do corpo docente.

, desenvolvido pelo Unicef em parceria com o INEP sobre o Prova Brasil, identifica o mal desempenho do ensino público de cidades das regiões metropolitanas, em comparação com o do interior dos Estados do Sul e Sudeste do país. Essas investigações têm chamado a atenção também para o fator renda: comparando-se a média das 122 maiores cidades do país no ENEM com a renda média dos trabalhadores pelo Censo de 2000, verificou-se que muitas cidades com renda alta tiveram pior desempenho que municípios de renda média ou baixa. É o caso de Petrópolis, que em 2000 tinha uma renda média do trabalhador equivalente à de Porto Velho. Ambas têm entre 300.000 e 400.000 habitantes e Petrópolis é líder do ranking geral, enquanto a capital de Rondônia foi a 119ª colocada (REDE, 2006a).

Concluindo este capítulo, salientamos que no limitado período analisado, mas que refletia um momento de expansão do ensino superior no Estado do Rio de Janeiro, não se observou uma tendência francamente democratizante no sentido de inclusão social e de distribuição de qualidade acadêmica independente de condicionantes sociais. Vimos que os bons resultados acadêmicos apareceram sobretudo nos setores em que encontramos concluintes em situação social mais vantajosa – público e universitário. Parece-nos que esse fato não deve ser negligenciado na discussão do processo de democratização. Apenas na oposição entre capital e interior verificamos situação um pouco diferente: a despeito de condições socioeconômicas e educacionais mais favoráveis na capital, o interior também apresenta bons resultados acadêmicos. Aqui, retornam as reflexões sobre os possíveis males da paróquialização do ensino e do processo de descentralização político-administrativo, que nossos achados relativizam. Por esse motivo, avaliamos não ser razoável rechaçar de antemão o processo de interiorização do ensino superior no Brasil, que poderá trazer vantagens culturais, econômicas, políticas e tecnológicas para as comunidades favorecidas com sua chegada. E quiçá, por extensão favorecer o processo de democratização brasileiro em geral, já que essas vantagens estariam mais bem distribuídas nacionalmente.

Contudo, já sabemos que o exame em separado do perfil social e do resultado acadêmico, como realizado até agora, não atende aos requisitos do conceito de democratização do ensino. Para isso é necessário aferir a articulação entre inclusão social e qualidade acadêmica, razão pela qual empreendemos o

derradeiro esforço deste trabalho, o de propor um indicador de democratização do ensino superior que contribua para suprir esta lacuna.